

AMB+

ISSN 2965-7237



PROTEÇÃO À MISSÃO JURISDICCIONAL

Senado aprova PL da Atividade de Risco. A conquista é mais uma importante entrega da Diretoria da AMB à Magistratura brasileira



Entrar na lista

Receba as
notícias
da AMB em
**qualquer
lugar.**



Lista de 
Transmissão

Faça parte da lista de transmissão da AMB no WhatsApp e receba **informações com exclusividade.**



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros

CARTA AOS LEITORES

Ao assumir a gestão da AMB, a atual diretoria firmou o compromisso de fazer da defesa das prerrogativas a pauta prioritária de seu trabalho. Além de demonstrar a relevância da função para o Estado Democrático de Direito, era preciso colher resultados sólidos, que pudessem compensar, mesmo que parcialmente, as perdas acumuladas.

De início, alcançamos a sanção da lei de reajuste do subsídio, na sequência de intensa articulação. Depois foi a vez da promulgação da PEC da Permuta, que contribuirá para a racionalização da organização judiciária. Também tivemos a chancela do projeto de lei que reconhece a Magistratura como atividade de risco permanente (PL 4015/2023) e faz justiça a quem compromete a própria segurança para cumprir a missão de dirimir os conflitos sociais.

Outro avanço significativo foi a aprovação na CCJ do Senado da PEC 10/2023, que institui a "parcela compensatória mensal de valorização por tempo de exercício". Com o texto, demos um novo passo na direção da reestruturação da carreira — tão necessária para a permanência dos quadros de excelência na Magistratura.

Podemos mencionar, ainda, entre os êxitos da gestão, a edição pelo CNJ da resolução que "garante a equiparação constitucional entre direitos e deveres da Magistratura e do Ministério Público" e possibilitou o usufruto da licença compensatória. Destaca-se, igualmente, o pedido de providências à Corregedoria Nacional de Justiça para que a Receita Federal retirasse entraves de acesso ao Infojud — o que foi acatado de ofício pelo órgão após a apresentação do requerimento.

Nos últimos anos, inúmeros Juízes deixaram a toga na busca de condições de vida mais favoráveis para si e suas famílias, contribuindo para o aumento da vacância nas comarcas. Nós queremos reverter esse movimento, para assegurar que o cidadão conte, sempre, com os profissionais de melhor formação.

Felizmente, nesse período de batalhas, a AMB cresceu de forma robusta, com a chegada de quase mil novos membros, além de duas entidades regionais de representação da Magistratura — a Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe) e a Associação dos Juízes Federais da Justiça Militar (Ajufem) —, o que comprova o sucesso de nosso projeto. Essas vitórias só foram possíveis porque conseguimos reunir, sob o mesmo propósito, presidentes e diretores de associações regionais, essenciais para a promoção da política associativa em cada unidade da Federação.

Nesta edição da revista AMB+, o destaque fica com a entrevista com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli. A conversa, leve e profunda, trata de assuntos importantíssimos: dos desafios da Corte na atual conjuntura histórica do país a questões atinentes à nossa classe. A leitura é indispensável!

Outra iniciativa importante, que merece toda a atenção, é o programa "Diálogos da Magistratura", por meio do qual levamos ao presidente do STF, Luís Roberto Barroso, mais do que as demandas das Juízas e dos Juízes, as dores cotidianas que afligem a todos nós. A primeira edição representou um verdadeiro sucesso — e o evento será replicado, de acordo com a disponibilidade de agenda do ministro.

Boa leitura!



Frederico Mendes Júnior
Presidente da AMB

**CONHEÇA
A AMB**

 amb.com.br

 [@magistradosbrasil](https://www.facebook.com/magistradosbrasil)

 [@magistradosbr](https://twitter.com/magistradosbr)

 [@magistradosbr](https://www.instagram.com/magistradosbr)

 [AMBMagistrados](https://www.youtube.com/magistradosbr)

 [magistradosbrasil](https://www.telegram.com/magistradosbrasil)



FOTO: ASCOM/AMB

6 NOVOS JUÍZES

Recém-chegados à Magistratura apostam no associativismo para o fortalecimento da missão jurisdicional

10 UNIÃO DA MAGISTRATURA

Cerca de mil Magistrados juntaram-se à luta da AMB desde 2023 em prol da valorização da carreira

13 + CULTURA

Você quer aumentar seu repertório cultural? Leia a coluna da AMB+, que traz novidades imperdíveis

14 NOVA DIRETORIA

Posse de novos dirigentes destaca a força do movimento associativista pela reestruturação da Magistratura

16 ESTRATÉGIA ASSOCIATIVA

Conquistas da Diretoria da AMB e atuação descentralizada atraem 690 novos associados à AMB

20 REPRESENTATIVIDADE

Apajufe filia-se à AMB. Parceria é resultado de intensa articulação da Diretoria da Associação nacional

22 ENTREVISTA EXCLUSIVA

“O trabalho da Magistratura tem de ser valorizado”, destacou o Ministro Dias Toffoli (STF) à revista AMB+. Leia a íntegra

26 DIÁLOGOS DA MAGISTRATURA

Marco histórico: iniciativa da AMB leva Presidente do STF ao encontro de Juízes e Desembargadores

34 DESTINO CERTO

O país dos incas. Conheça a imponência e as múltiplas facetas do Peru, descobrindo a beleza e os mistérios do país vizinho na AMB+

36 VITÓRIA DA MAGISTRATURA

PEC 10/2023 é aprovada pela CCJ do Senado. Saiba tudo sobre a articulação e o futuro da proposta no Congresso Nacional

SUMÁRIO

40 MISSÃO DE RISCO

PL 4015/2023, que trata da segurança de magistrados, é aprovado no Plenário do Senado

48 VINHO & PROSA

Apreciador de vinho sabe que nenhuma outra bebida é capaz de apreender tão bem um lugar, um tempo e uma cultura. Confira a dica

50 CPJ

Pesquisa mostra a relação dos crimes ambientais na Amazônia Legal com facções. Levantamento foi feito a partir de dados processuais

53 MUSEU SEPÚLVEDA PERTENCE

A jornada da Justiça ao longo dos séculos. O protagonismo da Magistratura na história do Judiciário brasileiro

54 AMB EM AÇÃO

Acompanhe os principais destaques de interesse da Magistratura na agenda política do Judiciário

56 BOAS PRÁTICAS

Conheça a plataforma ConectaJus para atendimento às vítimas de violência doméstica. O lançamento do TJ-MS tem sido importante ferramenta de proteção às mulheres

58 ENAJE

O maior evento da Magistratura estadual está com as inscrições abertas

60 FONAVEP

O evento destaca os desafios da Jurisdição na Execução Penal para garantir os preceitos constitucionais

66 COLUNA TEMPEROS DO BRASIL

As melhores receitas você encontra na AMB+. Confira as dicas de pratos que são sucesso de norte a sul do país

68 PROGRAMA CIDADANIA E JUSTIÇA

Lançamento da atualização da Cartilha selou a comemoração de três décadas da iniciativa da AMB, que atendeu mais de 6 milhões de crianças no Brasil

71 ESPORTES

Diversas competições estão programadas para 2024. As principais modalidades são Beach Tennis, tênis de quadra e futebol



FUTURO DA MAGISTRATURA: NOVOS JUÍZES APOSTAM NO ASSOCIATIVISMO

AMB mantém agenda de visita às turmas em formação na Enfam para apresentar as ações da entidade em prol do fortalecimento da missão jurisdicional

Uma das diretrizes da atual gestão da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) é o encontro regular com os novos Juízes que cursam a Formação Inicial na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Os eventos também são importantes para fomentar a adesão de associados à AMB.

“A Magistratura só tem a ganhar com as perspectivas trazidas por esta nova geração. São novos Juízes com entendimento sobre a necessidade do associativismo como forma de lutar em prol das prerrogativas”, afirmou o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

Nas apresentações, a AMB destaca sua atuação no Congresso Nacional, na defesa dos associados no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF), ressaltando a necessidade do fortalecimento do associativismo tanto em nível nacional quanto nos estados, por meio das associações regionais.

“O ambiente associativo proporciona uma proximidade com os colegas de todo o Brasil, o que é especialmente benéfico para aqueles que se encontram isolados no interior do país”, explicou o Presidente da AMB.

Os novos Juízes também têm a oportunidade de conhecer o envolvimento com entidades internacionais de Magistrados e o cuidado dedicado à segurança e ao atendimento jurídico especializado a cada associado. Um dos destaques das últimas reuniões foram as conquistas da entidade para a Magistratura.

“Ao longo das décadas, a AMB tem defendido as prerrogativas dos Juízes brasileiros, em busca de melhores condições de trabalho para a realização da missão jurisdicional. Nos últimos meses, a pauta da reestruturação tem sido debatida pela AMB amplamente nos Poderes. Os resultados desse planejamento estratégico estão chegando”, disse o Presidente da AMB.



Imagem: ASCOM/AMB

ASSOCIATIVISMO EM ALTA

Em fevereiro de 2024, duas grandes turmas reuniram-se no auditório da Enfam — mais de 150 Juízes de 13 Tribunais.

Entre os estados representados, o Tribunal de Pernambuco foi o que teve mais filiações: 46 Juízes, resultado do trabalho conjunto entre a AMB e Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe) para estimular o associativismo.

Também participaram dos encontros Juízes do Tribunal de Justiça de Alagoas, do Tribunal de Justiça do Amapá, do Tribunal de Justiça do Ceará, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, do Tribunal de Justiça de Goiás, do Tribunal de Justiça do Maranhão, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça do Piauí, do Tribunal de Justiça do Paraná, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Justiça de São Paulo. ✎



Imagem: ASCOM/AMB



“ *O associativismo é essencial para a efetividade das garantias constitucionalmente asseguradas à Magistratura, as quais são essenciais ao próprio Estado Democrático de Direito. Associar-se à AMB é, portanto, reforçar nosso compromisso diário com a proteção dos valores mais caros à nossa sociedade.* ”

Isabella Nascentes - Juíza do TJ-PE

“ *A Associação é a grande interlocutora entre os Magistrados e os órgãos do Poder Judiciário. Logo, se associar significa a garantia das prerrogativas inerentes à Magistratura. Defender o associativismo é defender um dos pilares do Estado Democrático de Direito.* ”

Neif Megid - Juiz do TJ-PE



“ *A adesão de novos Magistrados à AMB a fortalece enquanto instituição, o que beneficia, direta e indiretamente, toda a Magistratura. Diversas conquistas e garantias da carreira não teriam sido alcançadas sem a atuação da Associação dos Magistrados Brasileiros. Integrá-la, desde o ingresso no cargo, é primordial para o enfrentamento dos gigantescos desafios da carreira que se inicia.* ”

Shara Maia - Juíza do TJDF

“ *A filiação do Juiz às associações que representam a Magistratura no campo nacional e estadual, logo ao início da carreira, se mostra importante por conta do suporte que tais entidades dão aos Magistrados, inclusive nas situações mais desafiadoras, bem como pela defesa das prerrogativas e promoção dos interesses da Magistratura que somente elas conseguem desempenhar satisfatoriamente. Poder contar com a AMB e as associações locais faz a diferença na vida do Magistrado.* ”

Jonathan Cassou dos Santos - Juiz do TJ-PR





**SIGA A AMB NO INSTAGRAM E
ACOMPANHE AS CONQUISTAS DA
MAGISTRATURA**



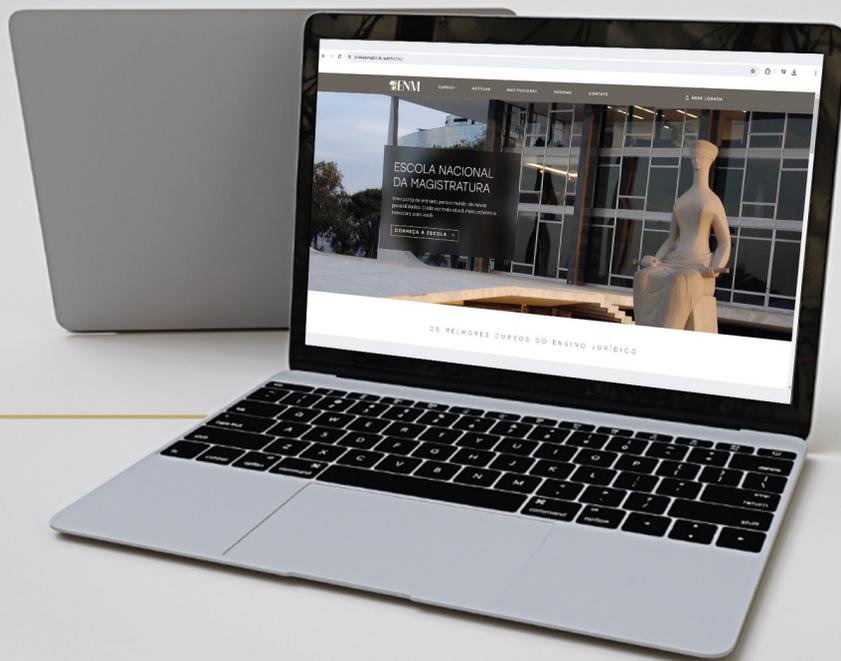
ESCANEE O
QR CODE



**ACESSE O NOSSO SITE E CONFIRA OS
MELHORES CURSOS PARA ATENDER
OS MAIORES DESAFIOS DA JUSTIÇA
BRASILEIRA.**



ESCANEE O
QR CODE



A close-up photograph of two men in business suits shaking hands. The man on the left is wearing a dark blue suit, and the man on the right is wearing a dark grey suit. The background is a blurred office setting with light-colored walls and windows.

A UNIÃO DA MAGISTRATURA

Cerca de mil Magistrados juntaram-se à luta da AMB desde 2023 em prol do fortalecimento da carreira

A união de Juízes de todos os ramos e instâncias tem sido o foco de trabalho da Diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com as associações regionais. Esse compromisso tem atraído Magistrados de todas as esferas em defesa das prerrogativas da Magistratura.

As recentes conquistas refletem-se em números: desde o início da atual gestão, mais de 900 Magistrados se filiaram à AMB. Em 2023, a entidade contabilizou quase 700 novos associados e, de janeiro a abril deste ano, pelo menos 200 assinaram o termo de filiação.

"O número de associados tem aumentado consideravelmente desde o início de nossa gestão. Todos buscam juntar-se a um projeto que busca o fortalecimento da Magistratura por meio da união de esforços. Precisamos nos unir para superar os desafios atuais e futuros", declarou o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

Além do impacto quantitativo, as novas filiações têm o peso da representatividade. Entre os novos associados, estão a Ministra Daniela Teixeira, empossada no STJ no ano passado; a Secretária-Geral do CNJ, a Juíza Federal Adriana Cruz; e o Corregedor da Justiça Federal da 3ª Região, Desembargador Davi Dantas.



IMAGEM: ASCOM/AMB

Ministra Daniela Teixeira

STJ

"É uma honra e alegria me associar à AMB, tão bem presidida pela gestão do Dr. Frederico Mendes Júnior. Minha vida sempre foi associativa, estive no centro acadêmico da universidade e na OAB. Só vejo sentido em lutas e sonhos coletivos e fico muito feliz em encontrar no Judiciário uma instituição sólida e operosa como a AMB."

Desembargador David Dantas

Corregedor da Justiça Federal da 3ª Região

"A AMB possui um peso político, em termos de representatividade da Magistratura nacional, sem igual. A força da entidade possibilita uma defesa dos interesses e das prerrogativas muito mais fortes."



IMAGEM: ASCOM/AMB



IMAGEM: ASCOM/AMB

Juíza Adriana Cruz

Secretária-Geral do CNJ

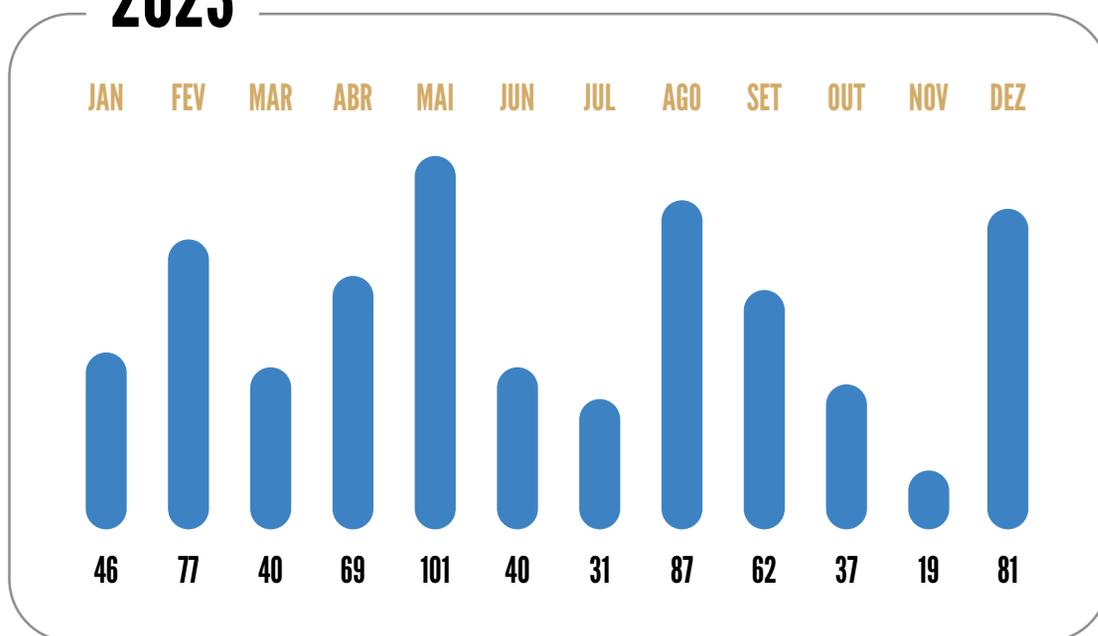
"As associações são essenciais para o fortalecimento de uma Magistratura independente e cada dia mais comprometida em prestar um serviço cada vez melhor a todas as pessoas. Nesse sentido, senti necessidade de me somar a um espaço tão especial e que agrega um universo mais amplo do que aquele específico e igualmente relevante dos Juízes Federais."

Atualmente, a AMB é a maior entidade representativa do mundo, em países democráticos, nas esferas estadual, trabalhista, federal e militar. A Associação tem atuado junto aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo para o fortalecimento da Magistratura e da Justiça.

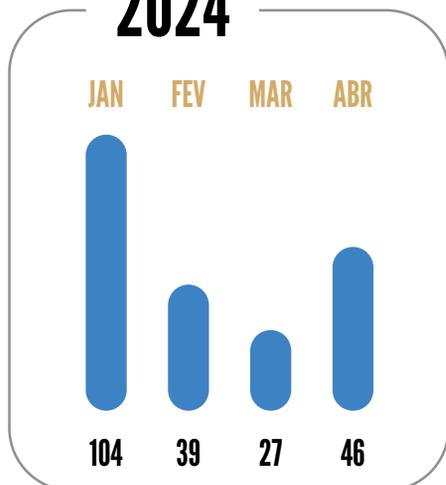
A entidade conta com mais de 14 mil associados, incluindo Juizes, Desembargadores e Ministros. ↗

Novos associados

2023



2024



+ DE 14 MIL ASSOCIADOS

+CULTURA

Acompanhe as dicas de livros, séries e podcasts



FILME

Um Sonho de Liberdade

Por Marcus Vinicius Gouvea Quintas, Presidente da Amaap



Com ótimas performances e mensagem positiva, *Um Sonho de Liberdade* conquista o espectador, mostrando até então um lado pouco conhecido de Stephen King para o público em geral, acostumado às histórias fantásticas do autor.

O filme retrata o personagem Andy Dufresne (Tim Robbins), um jovem e bem sucedido banqueiro que tem a sua vida radicalmente modificada ao ser condenado por um crime que nunca cometeu: o homicídio de sua esposa e do amante dela. Ele é mandado para uma prisão que é o pesadelo de qualquer detento, a Penitenciária Estadual de Shawshank, no Maine. Lá ele irá cumprir a pena perpétua. Andy logo será apresentado a Warden Norton (Bob Gunton), o corrupto e cruel agente penitenciário que usa a Bíblia como arma de controle, e ao Capitão Byron Hadley (Clancy Brown), que trata os internos como animais. Andy faz amizade com Ellis Boyd Redding (Morgan Freeman), um prisioneiro que cumpre pena há 20 anos e controla o mercado negro da instituição.

Mesmo tendo como local de filmagem uma prisão, *Um Sonho de Liberdade* é um filme que nos faz refletir sobre liberdade, amizade e outros valores. Esses são conceitos muito bem trabalhados pelo diretor Frank Darabont. Vale a pena assistir.

LIVRO

As Regras da Casa de Sidra

autor
John Irving

Por Márcia Kern,
Desembargadora do TJ-RS e
Mestre em Literatura



As Regras da Casa de Sidra, de John Irving, como sugere o nome do romance, trata de temas relacionados às normas legais e à vida em sociedade. Narrada em terceira pessoa, a obra aborda a trajetória de vida do jovem órfão Homer Wells e de Wilbur Larch, médico e diretor do orfanato em que Wells foi criado. Ambientado na pequena cidade de St. Cloud, interior do Maine, no início do século XX, o romance traz à discussão temas como abandono, aborto e condição feminina.

PODCAST

Casos Forenses

Por Carlos Alexandre Böttcher,
Juiz do TJ-SP e integrante
do Comitê do Proname/CNJ



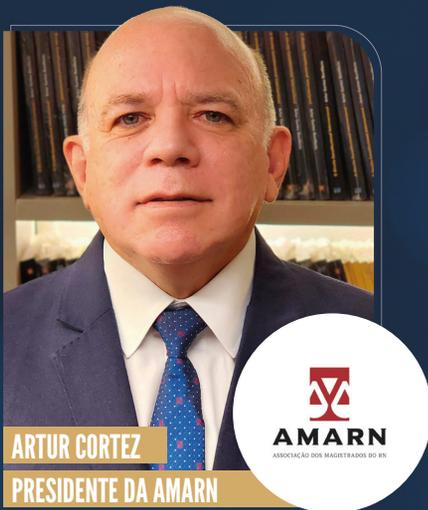
Idealizado pelo Museu e Diretoria de Comunicação do TJ-SP, o podcast *Casos Forenses* traz registros envolventes de crimes emblemáticos de grande repercussão por todo o país. Esses processos marcantes fazem parte não apenas da história do Poder Judiciário, mas também da sociedade paulista e brasileira. A série estreou com o famoso "Crime da Mala", ocorrido na década de 1920. Os episódios seguintes trataram do "Crime do Restaurante Chinês" e do "Caso Lindomar Castilho". O projeto foi vencedor do "Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário" em 2023, na categoria "Patrimônio Cultural Museológico". Acesso pelas principais plataformas de podcast e pelo site do TJ-SP. [🔗](#)

POSSE DE NOVOS DIRIGENTES DESTACA A FORÇA DO ASSOCIATIVISMO PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA

Diretorias das associações estaduais filiadas à AMB somam esforços para a valorização da missão jurisdicional

Dirigentes eleitos de filiadas à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) tomaram posse nos últimos meses. As novas gestões firmaram compromisso de

priorizar o avanço da pauta remuneratória e de atuar junto à AMB em relação às demandas urgentes da Magistratura brasileira.



AMARN

Na região Nordeste, o Juiz Artur Cortez Bonifácio foi eleito para presidir a Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (AMARN) para o biênio 2024-2026.

“A nova gestão da AMARN tem o objetivo de fortalecer as conquistas institucionais e remuneratórias efetivadas e avançar, a passos largos, sobre o muito que se tem a fazer, no sentido de resgatar o prestígio, o estímulo à carreira e a determinação em melhor servir”, disse o Presidente empossado.



AMATRA 2

O Juiz Diego Reis Massi assumiu a Presidência da Associação dos Magistrados do Trabalho (Amatra-2) para o biênio 2024-2026.

Ao assumir a direção da entidade de 61 anos, o Magistrado destacou uma atuação com diretriz baseada na pauta remuneratória, entre outras ações relevantes.

“Após dois mandatos sem chapa de oposição, a Amatra 2 passou por eleição histórica, com rico debate de ideias, recorde de votos e engajamento ímpar dos associados, o que só a fortaleceu para seguir lutando pela melhoria das condições de trabalho, pelo avanço na pauta remuneratória e pela dignidade da Magistratura trabalhista.”



DANIEL DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA AMATRA IX

AMATRA IX

O Juiz Daniel Roberto de Oliveira é o novo Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (Amatra IX) para o biênio 2024-2026. O Magistrado inicia a nova gestão com foco na defesa das prerrogativas.

"É com grande entusiasmo e comprometimento que assumi a responsabilidade de presidir a Amatra IX. Nossa proposta de gestão é pautada na valorização da Magistratura e da Justiça do Trabalho, na defesa intransigente dos direitos e prerrogativas de todos os nossos associados e associadas e na promoção de um ambiente de diálogo e cooperação institucional visando à construção de soluções coletivas para os desafios atuais", afirmou.



FABÍOLA CRISTINA
INOCÊNCIO
PRESIDENTE DA AMERON

AMERON

A Juíza Fabíola Cristina Inocêncio assumiu a Presidência da Associação dos Magistrados de Rondônia (Ameron), no mês de março. A Magistrada, que ocupava o cargo de Vice-presidente, reiterou o compromisso com uma atuação voltada ao fortalecimento da carreira.

"Estou honrada em assumir a presidência da Ameron e reforço o compromisso da nossa gestão em promover uma atuação transparente e colaborativa, mantendo sempre as portas abertas para o diálogo construtivo com o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO) e demais instituições. Vamos trabalhar incansavelmente para fortalecer a Magistratura e garantir uma justiça eficiente e acessível a todos os cidadãos do nosso estado", declarou.



ÉRICO SANTOS
PRESIDENTE DA APAJUFE

APAJUFE

Conquistas, cooperação e filantropia são as diretrizes do Juiz Érico Santos, novo Presidente da Associação Paranaense dos Magistrados Federais (Apajufe) para o biênio 2024-2026.

"Nossa meta à frente da Apajufe é dar continuidade ao excelente trabalho das gestões anteriores. Nossas ações se concentrarão em diversos pontos. Inicialmente, buscaremos fortalecer as conquistas da Escola da Magistratura Federal do Paraná (Esmafe), vinculada à Apajufe, que tem sido a principal fonte de recursos para manter nossa Associação. Além disso, pretendemos fortalecer os vínculos entre os membros, promovendo confraternizações e encontros para restabelecer conexões perdidas durante a pandemia. Dedicaremos atenção especial à cooperação e à filantropia. No que tange à cooperação, buscaremos estabelecer parcerias com outras associações irmãs, colaborando em projetos conjuntos para benefício mútuo. Em relação à filantropia, nos empenharemos em retribuir à sociedade, auxiliando os mais necessitados, dentro das possibilidades da associação. Há muito trabalho à frente!"

CONQUISTAS DA DIRETORIA DA AMB E A ATUAÇÃO DESCENTRALIZADA ATRAEM 900 NOVOS ASSOCIADOS

A bandeira política da reestruturação da carreira tem motivado Magistrados de todo o país a se filiarem à entidade

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) está mais próxima dos associados: a AMB tem acompanhado de perto os desafios da missão jurisdicional de cada estado. Desde o início da gestão, as reuniões estatutárias estão sendo feitas de forma descentralizada, fora de Brasília, a fim de proporcionar maior interação entre a Diretoria e a Magistratura brasileira.

Em 2024, as primeiras edições ocorreram em Foz do Iguaçu (PR) e em Campo Grande (MS). Nos encontros foram apresentadas as principais conquistas de 2023; o desempenho institucional referente aos primeiros meses deste ano; e as novas estratégias de articulação em prol das prerrogativas.

Na capital Sul-mato-grossense, o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior, também destacou os avanços das pautas de valorização — Resolução CNJ nº 528/2023, que alterou a Res. 133/2011, a qual reforçou a simetria constitucional entre a Magistratura e o Ministério Público, e a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 10 (PEC 10), que trata da reestruturação da carreira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

CONSELHO EXECUTIVO



CAMPO GRANDE



FOZ DO IGUAÇU

IMAGENS: ASCOM/AMB

Em 2023, 690 Magistrados se aliaram à AMB. O resultado reflete a atuação dedicada da atual gestão na defesa dos interesses da carreira. Neste ano, 220 filiações foram realizadas nos primeiros meses. Ao todo, já são quase mil novos associados.

“As novas filiações são consequência de todo o esforço que temos feito na AMB para transmitir a mensagem de força do associativismo. As novas adesões, em número expressivo, são o indicativo real de que estamos no

caminho certo e correspondendo à confiança que foi depositada em nossa gestão. Nosso trabalho continua em 2024 com energia revigorada pelos resultados que já alcançamos até aqui”, afirmou o Presidente Frederico Mendes Júnior.

Na reunião estatutária de Campo Grande (MS), foi definido que a cidade de Foz do Iguaçu irá sediar a próxima edição do Congresso Brasileiro de Magistrados (CBM), que será realizada em 2025.

CONSELHO DE REPRESENTANTES



CAMPO GRANDE



FOZ DO IGUAÇU

IMAGENS: ASCOM/AMB

As reuniões do Conselho de Representantes foram conduzidas pelo Presidente Frederico Mendes Júnior, ocasiões em que foram feitas análises das ações da AMB direcionadas à reestruturação da carreira e à definição de estratégias para a atuação da entidade.

O Magistrado disse que as vitórias alcançadas abrem espaços para avanços ainda maiores. Ele citou como exemplo as possibilidades de aprovação da PEC 10. “Vamos trabalhar sistematicamente junto às Associações para custurar o apoio para a aprovação da matéria”, afirmou.

COORDENADORIA DA JUSTIÇA ESTADUAL



CAMPO GRANDE

FOZ DO IGUAÇU

IMAGENS: ASCOM/AMB

Conduzidas pela Coordenadora da Justiça Estadual da AMB, Vanessa Mateus, as reuniões trataram de pautas da valorização da Magistratura, como a regulamentação da permuta entre Juizes de Direito (Emenda Constitucional nº 130), as normas da figura do Juiz de Garantias e a nova Resolução CNJ (nº 557/24), que trata das comarcas de difícil provimento.

Os Presidentes das Associações filiadas relataram a situação de trabalho nos tribunais e enfatizaram a necessidade de aprofundamento desse tipo de debate nos estados.

COORDENADORIA DE APOSENTADOS E ENCONTRO DE PENSIONISTAS



CAMPO GRANDE

FOZ DO IGUAÇU

IMAGENS: ASCOM/AMB

As reuniões estatutárias da Coordenadoria dos Aposentados tiveram como questão central o pedido da AMB para que os(as) Juizes(as) da ativa e aposentados somem esforços para sensibilizar os Senadores sobre a importância da aprovação da PEC 10.

Sobre a importância da valorização dos aposentados e da renda das pensionistas, o Presidente da AMB disse que a proteção dos direitos é uma das prioridades da atual gestão.

Também foi discutida a PEC 555, com a indicação de que essa proposição tende a ser substituída pela chamada PEC Social, que também trata da eliminação da cobrança previdenciária de inativos.

Durante o encontro de Campo Grande (MS), os participantes trataram, também, da situação de calamidade pública que o Rio Grande do Sul enfrenta, manifestando apoio e solidariedade ao povo gaúcho.

COORDENADORIAS DA JUSTIÇA FEDERAL E TRABALHISTA



CAMPO GRANDE



FOZ DO IGUAÇU

IMAGENS: ASCOM/AMB

Em Campo Grande (MS), a discussão sobre o orçamento do Judiciário da União esteve no centro do encontro. Durante a reunião, também se debateu a importância do retorno da cláusula de barreira na Meta Nacional 1 para a Justiça do Trabalho, a atuação da AMB no Congresso em prol da valorização da Magistratura e a consulta respondida pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o custeio da saúde.

O Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior, destacou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI/7641), ajuizada pela Associação no Supremo Tribunal Federal (STF), a qual questiona a incidência do

teto de gastos em receitas próprias do Poder Judiciário da União.

Em Foz do Iguaçu (PR), os magistrados também avaliaram cenários e estratégias para o fortalecimento do associativismo.

As reuniões estatutárias acontecem de forma conjunta, conduzidas pelo Coordenador da Justiça Trabalhista da AMB e Presidente da AMATRA XV, Sérgio Polastro Ribeiro e pelo Coordenador da Justiça Federal, Anderson Furlan.

COORDENADORIA DA JUSTIÇA MILITAR



CAMPO GRANDE



FOZ DO IGUAÇU

IMAGENS: ASCOM/AMB

As reuniões da Coordenadoria da Justiça Militar definiram a elaboração de uma ação estratégica a fim de assegurar a proteção das prerrogativas da missão jurisdicional.

Foram discutidas questões relacionadas à competência da Justiça Militar, a criação de novos Tribunais e a Proposta de Emenda Constitucional nº 4 (PEC 4), que inclui Magistrados da Justiça Militar na composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Também foi comentado que o Exame Nacional da Magistratura contará, em sua prova, com uma questão específica de direito penal militar. Os participantes trataram, também, da possibilidade de inclusão da Justiça Militar no exame de ordem da OAB.

Após a segunda edição das reuniões estatutárias realizadas na capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, em maio, as próximas edições serão realizadas: Belém (PA) e São Paulo (SP) nos meses de agosto e novembro, respectivamente. 📌



IMAGEM: ASCOM/AMB

ENTIDADE DE MAGISTRADOS FEDERAIS: APAJUFE FILIA-SE À AMB

Parceria é resultado da intensa articulação da Associação nacional e do fortalecimento do associativismo



A atuação institucional da Diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros com foco na reestruturação da carreira tem gerado resultados para a união da Magistratura e para o fortalecimento do associativismo.

A parceria recente com a Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe) é um desses dividendos. A Apajufe é a primeira representação de Juízes Federais a se integrar à AMB.

Com isso, a Associação nacional passa a contar com a Associação de Juízes Federais no rol das filiadas, diversificando a representatividade e a sua capacidade de articulação em prol de novas conquistas.

“É uma aliança que fortalece a Magistratura e torna nosso trabalho de defesa da carreira mais robusto, integrado e representativo. Em outra via de atuação, a AMB está à disposição para auxiliar a Apajufe e seus associados em suas demandas para a valorização da Magistratura federal”, afirmou o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

O Coordenador da Justiça Federal da AMB, Juiz Anderson Furlan Freire da Silva, abordou a importância do alinhamento institucional e a soma de forças.

“A Apajufe sempre trabalhou institucionalmente com as demais associações, em uma linha de cooperativismo associativo, e o estatuto da Apajufe tem essa diretriz como um dos princípios da entidade. Sendo a AMB uma associação nacional, de enorme relevância e peso político, a filiação representa um alinhamento institucional dessa regional, somando forças para a defesa da Magistratura e das suas prerrogativas em todo o Brasil”, comentou.

O associativismo é o termo indicado pelo Presidente da Apajufe, Érico Santos, para expressar e classificar a nova parceria, chamando a atenção para a união de várias entidades em busca dos mesmos objetivos.

“A filiação da Apajufe à AMB simboliza a cooperação associativa que tem marcado a nossa história. É motivo de orgulho e também de muita responsabilidade poder estar ao lado de tantas outras entidades associativas da Magistratura estadual e trabalhista, sob a liderança da AMB, lutando pelos direitos e prerrogativas dos Magistrados brasileiros e pelo fortalecimento do Poder Judiciário”, avaliou o Juiz.

No início de abril, o Presidente da Apajufe visitou a sede da AMB, em Brasília, em encontro institucional com a Diretoria da Associação. Na ocasião, ele foi recebido pelo Presidente Frederico Mendes Júnior; pela Vice-Presidente Administrativa, Julianne Freire Marques; pela Coordenadora da Justiça Estadual, Vanessa Mateus; e pelo Secretário e Presidente da Amagis-DF, Carlos Alberto Martins Filho.

PLURALIDADE

Com essa recente adesão, aumentou para 38 o número de entidades filiadas à AMB — representatividade que cobre todo o território nacional e que atesta a diversidade da Magistratura, uma das instituições com maior capilaridade no país.

Das 38 associações filiadas, duas se integraram à AMB na gestão do Presidente Frederico Mendes Júnior. Além da Apajufe, a Associação dos Juízes Federais da Justiça Militar (Ajufem) passou a fazer parte da entidade em maio do ano passado. ↗

“ *O trabalho da Magistratura tem de ser valorizado* ”

Dias Toffoli,
Ministro do Supremo
Tribunal Federal (STF)

IMAGEM: Rostnei Coutinho/SCO/STF

A Justiça entrou em 2024 com 82,7 milhões de processos em tramitação. O acervo avança expressivamente a cada ano e se insere em um contexto no qual, em consequência disso, a Magistratura brasileira tem ganhado reconhecimento como uma das mais produtivas em todo o mundo.

Em entrevista exclusiva à revista AMB+, o Ministro Dias Toffoli (STF) aborda esse cenário complexo, indicando que o caminho para a solução da problemática passa pela valorização da missão jurisdicional.

A entrevista aborda, também, os atos normativos aprovados na gestão do Ministro à frente do CNJ, os quais têm contribuído para aumentar a qualidade de vida e a atuação de Juízes.

Ministro, o senhor tem abordado a questão do alto volume de processos. Se o(a) Juiz(a) brasileiro(a) é um(a) dos(as) que mais julgam em todo o mundo, como solucionar o desafio da elevada quantidade de ações, oferecendo à sociedade um contraponto à imagem de morosidade da Justiça?

De fato, como tenho ressaltado em inúmeras oportunidades, o Judiciário brasileiro é o que mais julga no mundo. Então, tudo vai parar no Judiciário. A ampliação do número de Juízes e o aperfeiçoamento do Sistema de Justiça para tornar mais célere o julgamento são, sem dúvida, medidas necessárias e urgentes. Mas não é só. É preciso o envolvimento de toda a sociedade para buscar uma saída que reduza o número de conflitos ou atuar em sua prevenção. Faz-se necessário um estudo para entender a razão de tanta litigiosidade. Pode começar com uma análise aprofundada de quem são os maiores litigantes e quais são os serviços que produzem o maior grau de litigiosidade. Atuar na raiz dos conflitos pode ser mais efetivo do que exigir do Judiciário uma resposta imediata para todas as demandas judiciais.

O senhor tem chamado a atenção para o acervo superior a 82 milhões de processos, com 32 milhões arquivados por ano e uma média de 7 mil processos sentenciados por Juiz(a). Como é essa realidade em outros países e por que é importante mostrar essa diferença na produtividade?

Os dados do painel de estatísticas do CNJ corroboram isso: em 31/01/2024 eram 82.720.845 processos, sendo 64.269.493 não julgados e 18.417.918 suspensos ou arquivados. Foram proferidas 60.903.612 decisões em 2023. Constam ainda que 34.724.628 processos foram baixados em 2023 e entraram 35.066.482 processos novos. Importante: em 31/12/2022 eram 81.368.349 processos e em 31/12/2023 eram 82.433.539 processos, o que mostra um crescimento de 1.065.190 processos em um ano. Enquanto em Portugal são 700 e na Alemanha, em torno de mil processos por ano. Isso é consequência da pergunta anterior, de maneira que somente poderemos alterar essa realidade com o envolvimento de toda a sociedade. O Judiciário tem feito a sua parte, mesmo diante das limitações orçamentárias e de estrutura de trabalho.

Esse contexto de elevada demanda no Judiciário é um quadro que requer a valorização da Magistratura?

O trabalho da Magistratura tem de ser valorizado. Estamos vendo que muitos estão deixando a carreira, indo para a iniciativa privada. A Magistratura não pode

deixar de ser uma carreira atrativa. Para além da vocação sacerdotal, deve preservar o seu poder atrativo do ponto de vista da autorrealização de todos nós, como seres humanos, nas nossas condições econômicas e financeiras.

O que fazer para que jovens vocacionados sejam atraídos para essa carreira de Estado que possui a atribuição constitucional de administrar a Justiça?

As funções desempenhadas por Magistrados envolvem atribuições de extrema complexidade e da mais elevada responsabilidade. É preciso atrair os melhores e os mais vocacionados para a defesa da sociedade. E mesmo que tenhamos a capacidade de manter a atratividade para a juventude, é preciso considerar que a carreira é longa, impõe sacrifícios pessoais e familiares, além de diversas restrições. Tudo isso deve ser valorizado para que a cidadania seja respeitada, para que possamos garantir a efetividade dos nossos direitos. Sem um Poder Judiciário forte e autônomo, não há garantia de liberdade, não há sequer garantia de democracia plena.

“

O Judiciário tem feito a sua parte, mesmo diante das limitações orçamentárias e de estrutura de trabalho.

”

Em sua gestão à frente do CNJ foram aprovados importantes atos normativos para a Magistratura. A Resolução nº 294/2019, que instituiu o Programa de Assistência à Saúde Suplementar para a Magistratura e Servidores do Judiciário, é um exemplo. O que levou à aprovação desse programa? Por que ações como essa são relevantes para a carreira?

A Resolução CNJ nº 294/19 nasceu em um contexto de necessidade de priorizar a saúde de Magistrados e de Servidores do Poder Judiciário, em um cenário que, até então, carecia de regramento nacional. O tema era desenvolvido de forma unilateral por cada um dos Tribunais do país, de forma muitas vezes desigual e desproporcional. O assunto carecia de diretrizes mínimas para uma equalização do auxílio, que é um benefício amplamente difundido para muitos dos servidores dos demais Poderes. E também na iniciativa privada, por consistir em um benefício que, além da própria preservação da saúde individual de cada um dos beneficiários, resulta em ganho na própria eficiência do serviço público, com perda de força de trabalho resultante do adoecimento de seus colaboradores.

“

Estamos vendo que muitos estão deixando a carreira, indo para a iniciativa privada. A Magistratura não pode deixar de ser uma carreira atrativa.

”

Outro destaque da sua administração no CNJ foi a Resolução nº 293/2019, que estabeleceu as condições de férias da Magistratura. Por que essa resolução foi necessária e qual seu impacto?

A Resolução CNJ nº 293/19 nasceu no mesmo contexto de necessidade de se estabelecer um regramento mínimo para indenização de férias não gozadas por razão de imperiosa necessidade do serviço público. E também para uniformizar padrões de indenização, que, em geral, são fixados pelos Tribunais de forma absolutamente dispar. Assim, visando a equalizar essa questão, a citada resolução estabeleceu padrões mínimos para admissibilidade de eventual conversão de períodos de férias em indenização em pecúnia, sempre tendo em vista a máxima eficiência do serviço, diante da carência crônica de recursos humanos no seio do Poder Judiciário. E, também, a necessidade de manutenção do serviço, que é ininterrupto, inclusive em períodos de recesso, finais de semana, feriados e períodos noturnos, que exigem a designação de servidores em acúmulo de funções e geram direito a usufruto futuro, muitas das vezes inviabilizando o gozo integral de férias regulamentares.

Sua gestão também é reconhecida pela Resolução nº 343/2020. O ato instituiu condições especiais de trabalho para Magistrados(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou para Magistrados(as) que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessas mesmas condições. Em que medida essa resolução contribuiu e contribui para fortalecer a inclusão de pessoas com deficiência ou de necessidades especiais?

A Resolução CNJ nº 343/20 tem por gênese o reconhecimento de que existem Magistrados e Servidores, assim como seus dependentes, com deficiência, necessidades especiais e doenças graves que exigem tratamento diferenciado. E isso visando a uma melhor adequação das necessidades dessas pessoas com uma jornada de trabalho em regime excepcional para os Servidores do Judiciário, mais uma vez, de forma uniforme e justa em relação a todos os Tribunais. Não se trata de um privilégio, mas verdadeira adequação às normas estabelecidas no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15). A Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008. O procedimento foi em conformidade com o previsto no § 3º do art. 5º da Constituição em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgado pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009,

data de início de sua vigência no plano interno, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Trata-se, portanto, de dar concretude a um comando constitucional de nosso país.

“

Sem um Poder Judiciário forte e autônomo, não há garantia de liberdade, não há sequer garantia de democracia plena.

”

O senhor presidiu o STF e o CNJ durante a pandemia. E, naquele momento, a Justiça não parou. Como o enfrentamento daquela situação de calamidade pública contribuiu para disseminar a tecnologia nos órgãos da Justiça?

O período de pandemia pela Covid-19 impôs a todos os segmentos da vida política, econômica e social do Brasil uma remodelação de suas diretrizes de trabalho, visando assegurar uma continuidade mínima da vida nacional. Não foi diferente com o Poder Judiciário, cujas atividades essenciais não poderiam sofrer descontinuidades. Assim, apesar do Judiciário brasileiro já estar naquele momento virtualizado em grau superior a 85%, permitindo que novos processos se iniciassem e os existentes continuassem a tramitar sem a necessidade da presença física de seus atores — partes, advogados, juízes, membros do Ministério Público e servidores —, houve necessidade de estabelecer-se regras uniformes para o atendimento remoto e a realização de audiências e sessões de julgamento por meio de videoconferência.

E qual foi o impacto dessa uniformização?

Até então, isso era incipiente — assim como priorizar a virtualização do acervo físico ainda existente. Foi o que se realizou, com sucesso, eu diria, de forma a garantir à sociedade o acesso à Justiça, para a realização da tarefa precípua do Poder Judiciário, que é a pacificação das relações em nossa sociedade. Nesse contexto, os meios tecnológicos foram de fundamental importância, sendo que as vantagens dessa política se tornaram perenes e foram absorvidas na rotina de trabalho do Poder Judiciário nos dias atuais. Hoje temos uma Justiça mais célere, acessível, transparente e eficiente. ✓



IMAGEM: Carlos Moura/SCO/STF

DIALOGOS DA
MAGISTRATURA
1ª EDIÇÃO

1º de março | Paraná

AMB+ | AMBA | FFF/DF | CNJ | IJF



MARCO HISTÓRICO: PRESIDENTE DO STF VAI AO ENCONTRO DA MAGISTRATURA

Em iniciativa inédita, o Ministro Luís Roberto Barroso inicia por Curitiba e Maceió o programa “Diálogos da Magistratura”, em rodada de conversas com Juízes e Desembargadores de todo o país. Os próximos encontros ocorrerão em João Pessoa, Salvador e Porto Alegre

O programa “Diálogos da Magistratura” representa um marco no Poder Judiciário. Pela primeira vez, o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) participou de dois encontros presenciais com integrantes da Justiça de duas unidades da Federação brasileira com a finalidade de fazer uma escuta ativa da Magistratura.

A iniciativa reuniu o Ministro Luís Roberto Barroso e Juízes paranaenses e alagoanos para uma conversa sem intermediários, a fim de proporcionar maior proximidade com o Supremo e o CNJ, em uma aproximação direta que vai se estender a outros estados.



IMAGEM: ASCOM/AMB

As duas primeiras edições do “Diálogos da Magistratura” ocorreram em Curitiba, na sede da Amapar, e em Maceió, no Hotel Ritz, em dois atos de elevado simbolismo em que a liderança máxima do Poder Judiciário decidiu visitar e falar diretamente à Magistratura.

Foi uma ação em que o Presidente do STF e do CNJ prestigiou o associativismo e a capacidade de articulação dos Magistrados, em uma conversa que contou com dezenas de Juízes e Desembargadores do Judiciário dos dois estados.

Os dois eventos deram início a uma série de encontros institucionais que o Supremo e o CNJ pretendem fazer a fim de identificar os desafios na prestação jurisdicional. Em ambos, o Ministro Barroso fez a abertura apresentando os motivos que o levaram a apoiar o programa “Diálogos da Magistratura”.

O evento foi idealizado pela AMB em parceria com o STF e o CNJ e contou, em Curitiba, com o apoio da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) e, em Maceió, com o apoio da Associação Alagoana de Magistrados (Almagis) e do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ-AL). O projeto tem a finalidade de conferir celeridade às demandas urgentes dos Juizes de Direito.

O caráter inovador começou pelo formato do evento realizado nos dois primeiros estados. Em condições tradicionais, a agenda comporia um compromisso restrito, com um grupo limitado de participantes nos gabinetes oficiais de Brasília, sede dos Tribunais Superiores.

“Tenho por projeto viajar por todos os estados que eu conseguir para conversar com os Juízes, ouvir as reivindicações, expor os meus projetos como Presidente do Supremo e, sobretudo, como Presidente do CNJ. Gosto de dizer que a melhor forma de convencer as pessoas é com os ouvidos, ouvindo-as. Portanto, é uma oportunidade que tenho para ouvir os problemas, as queixas, as ideias e para pensarmos, juntos, em soluções para o Judiciário Brasileiro. A vida é sempre um projeto coletivo, ninguém é bom demais sozinho”, disse o Ministro.

Nos encontros, o Presidente do STF e do CNJ tem feito referências ao Presidente da AMB como um habilidoso articulador dos temas de interesses da Magistratura no Poder Judiciário. “Frederico Mendes Júnior tem sido uma liderança notável da Magistratura, amigo e parceiro”, comentou Barroso.



IMAGEM: ASCOM/AMB

INTERLOCUÇÃO DIRETA

Sobre a importância dessa iniciativa de caráter histórico e inovador, o Presidente da AMB salientou que o objetivo é proporcionar condições para uma interlocução direta do Presidente do STF e do CNJ com a Magistratura, principalmente com os Juizes que estão na linha de frente da prestação da justiça à sociedade.

Desde o primeiro momento, a AMB contribuiu para garantir a realização do encontro, considerando como altamente relevante a decisão do mandatário do Judiciário em dialogar diretamente com os membros dos Tribunais.

“Foram eventos inéditos, nos quais pudemos expor diretamente ao Ministro nossas expectativas, interesses, anseios e dificuldades”, comentou o Dirigente da AMB, que acrescentou: “Ouvimos do Presidente do STF o reconhecimento e a manifestação de compromissos, em um apoio institucional muito importante ao trabalho que temos feito de reestruturação da carreira. A partir disso, nossa gestão vai dar prosseguimento às ações de incentivo e de apoio ao STF e ao CNJ para levar o evento ‘Diálogos da Magistratura’ a outras capitais, para que essa proximidade se mantenha, se aprofunde e continue gerando bons resultados”.

CAPILARIDADE NO PAÍS

Nos encontros de Curitiba e Maceió, o Presidente do STF e do CNJ afirmou que a Magistratura é a instituição com maior capilaridade no país e destacou a necessidade da valorização da carreira. Para o Ministro Barroso, as responsabilidades e as competências dos Magistrados têm que ser vistas pelo prisma das diversas soluções que proporcionam à sociedade em termos de gestão e de julgamento de um elevado número de processos dos mais diversos tipos. De acordo com os dados mais recentes divulgados pelo CNJ, o volume de processos atingiu a marca recorde de 82,4 milhões no início de 2024.



IMAGEM: ASCOM/AMB

“O custo do Judiciário brasileiro não é barato. E, por isso mesmo, temos que prestar um bom serviço. Mas a pergunta certa é: quanto vale o Judiciário? Porque nem tudo o que a gente faz pode ser medido em dinheiro. A gente resolve conflito, promove paz social, dá segurança jurídica, pune quem tem que ser punido e absolve quem tem que ser absolvido e esses são bens imateriais que a gente não pode quantificar em dinheiro. A Magistratura é a instituição de maior capilaridade no país: os 5.600 municípios brasileiros possuem um Juiz atuando. Portanto, é a instituição que produz a verdadeira integração nacional”, avaliou.

Barroso também expôs que não há justificativa para a não equiparação entre a Magistratura e o Ministério Público. Essa questão o motivou a apresentar, no início da sua gestão, em outubro do ano passado, a resolução que reafirmou a simetria constitucional entre as duas carreiras.

A necessidade dessa medida foi levada pela AMB ao novo Presidente do Judiciário entre setembro e outubro do ano passado, em uma atuação institucional direcionada à defesa da carreira. E foi essa reafirmação que abriu espaço para a reestruturação que vem ocorrendo desde o segundo semestre de 2023.



IMAGEM: ASCOM/AMB

JUSTIÇA À MAGISTRATURA

Nos encontros, o Presidente do STF e do CNJ tem manifestado aos participantes seu apoio às proposições que tramitam no Congresso e que darão continuidade ao processo de valorização da carreira.

Barroso se posicionou, por exemplo, a favor da Proposta de Emenda Constitucional nº 10 (PEC 10), que altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício da Magistratura (VTM).

“
O VTM acaba sendo uma forma de fazer justiça à Magistratura sem impacto sistêmico indesejável. Tenho a expectativa de que isso possa andar e tenho defendido a ideia
 ”

Ministro Luís Roberto Barroso,
 Presidente do STF

Ele comentou que a Magistratura precisa ser integrada por profissionais com formação sólida, preparados, vocacionados e bem remunerados.

“Os Juízes são alguns dos profissionais mais qualificados do mercado de trabalho brasileiro. E em geral, ainda assim, os Juízes ganham menos do que pessoas bem-sucedidas no mercado privado do Direito. De modo que, se não forem bem pagos, não conseguiremos disputar com competitividade os bons nomes do Direito com as outras carreiras e com a advocacia privada.”



IMAGEM: ASCOM/AMB

DIRETRIZES DA GESTÃO

As duas edições realizadas foram, também, oportunidades para o mandatário do Poder Judiciário expor as diretrizes da sua gestão, salientando que estão sendo adotadas medidas voltadas à eficiência, aos direitos humanos, à inovação e à simplificação da comunicação na Justiça.

Entre os aprimoramentos em curso, ele citou ações para dinamizar o ritmo das execuções fiscais e a solução para as ações previdenciárias. E informou que está em elaboração o Sistema Nacional de Precatórios.

Também estão sendo adotadas medidas de incentivo à paridade nas promoções por merecimento nos Tribunais e ações de estímulo para que candidatos negros, pardos e indígenas disputem vagas na Magistratura.

Sobre o avanço da tecnologia nos órgãos da Justiça, está sendo desenvolvida uma ferramenta de inteligência artificial para resumo de processos e uma espécie de Chat GPT específica para o Judiciário.

HOMENAGENS

Em Curitiba, o Secretário da AMB e Presidente da AMAPAR conferiu ao Ministro Barroso o título de Associado Honorário da Associação. “Em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à Magistratura paranaense, ao direito e à justiça”, destacou o Juiz Marcel Ferreira dos Santos.

O Presidente da Amapar comentou que a primeira edição dos “Diálogos da Magistratura” representou um passo importante para a maior proximidade entre a Magistratura e os dirigentes do Judiciário.

“O evento entrou para a história do associativismo brasileiro. Uma escuta ativa, ampla e franca da Magistratura permitiu ao Presidente do STF e do CNJ, Ministro Luís Roberto Barroso, conhecer de perto o que pensam os Juízes e Juízas a respeito da carreira da Magistratura e de suas respectivas necessidades”, disse. “Dar voz à Magistratura representa um importante momento de democratização do Poder Judiciário. A Amapar se sentiu muito honrada ao sediar a primeira edição de um evento que, em razão do sucesso, será replicado em outros estados”, concluiu.

Em Maceió, o anfitrião do encontro, Presidente da Almagis, Juiz Hélio Pinheiro, fez a abertura da reunião dizendo que a iniciativa dos encontros do Presidente do STF e do CNJ com Juízes(as) tem o mérito de fazer com que os Magistrados sintam um senso maior de pertencimento ao Poder Judiciário.

“Esse contato direto e sem intermediários desperta na Magistratura de base um senso de pertencimento, com isso, nos sentimos mais inseridos (no contexto geral do Judiciário) e temos uma maior predisposição em aderir às políticas e diretrizes traçadas. E o maior mérito é o aprimoramento da prestação jurisdicional, porque quem ganha é a sociedade, que consome os serviços prestados pelo Poder Judiciário”, disse.

Ao final, Hélio Pinheiro prestou homenagem ao Presidente do STF e do CNJ conferindo ao Ministro Barroso a Comenda Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, alagoano considerado um dos maiores juristas brasileiros.

Acompanharam o Ministro Luís Roberto Barroso nos dois encontros a Secretária-Geral do CNJ, Adriana Cruz, e a Assessora-Chefe do gabinete da Presidência do CNJ, Leila Mascarenhas. A Secretária-Geral do STF, Aline Osório, integrou a comitiva ministerial na edição de Maceió.

PROGRAMA DIÁLOGOS DA MAGISTRATURA SERÁ LEVADO A OUTROS ESTADOS

João Pessoa (PB), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS) são as capitais em que serão realizadas as próximas edições do programa “Diálogos da Magistratura”, informou o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

Idealizada pela AMB e organizado pelo STF e o CNJ, a escuta ativa reunirá o Presidente do STF e do CNJ e a Magistratura da Paraíba, da Bahia e do Rio Grande do Sul, em um encontro sem intermediários, que contará também com os membros dos tribunais dos respectivos estados.

O objetivo é fazer um encontro para uma conversa sobre as condições para a valorização da carreira, a melhora da prestação dos serviços jurisdicionais e os desafios do Poder Judiciário. Estão sendo convidados Juízes e Desembargadores de todos os segmentos da justiça paraibana, baiana e riograndense.

As duas primeiras edições foram realizadas em Curitiba, no dia 1º de março, e em Maceió, em 30 de abril.

REPERCUSSÃO

LORENA SOTTO-MAYOR - JUÍZA DE DIREITO (TJ-AL)

“O encontro foi uma agradável surpresa. De um lado, por seu ineditismo, tenho 16 anos de Magistratura e ainda não tinha vivenciado algo semelhante: uma interlocução direta, franca, leve e descomplicada, realmente não tem precedente. Segundo, houve uma espécie de viés democrático e eficientista porque se buscou conhecer os problemas que realmente impactam o dia a dia dos Juízes e o trabalho desenvolvido e que chega ao jurisdicionado, para tentar solucioná-los de maneira rápida e simples. Então, esses dois vieses deram a tônica do nosso encontro e, por isso, digo que foi uma agradável surpresa.”



ALBERTO JORGE CORREIA - JUIZ DE DIREITO (TJ-AL)

“O evento foi muito importante, especialmente sob essa perspectiva da escuta ativa na coletividade dos Magistrados. Isso é fundamental para a resolução de muitos problemas. A iniciativa foi muito bem-vinda e tenho certeza que a maioria dos Magistrados gostou muito, porque permitiu a contribuição de ideias e a participação.”



PRISCILA CROCKETTI - JUÍZA DE DIREITO (TJ-PR)

“O inovador movimento de aproximação e de horizontalidade do representante máximo do Poder Judiciário nacional com a Magistratura, em especial a de primeiro grau, promovido pelo evento ‘Diálogos da Magistratura’, indiscutivelmente amplia a participação e possibilita uma maior abertura para a democratização dos rumos institucionais. Posso afirmar que se trata de uma iniciativa admirável e de uma experiência gratificante, que eleva o sentimento de pertencimento e de valorização de cada um e de cada uma que se fizeram presentes.”



FELIPE CALVET - JUIZ DO TRABALHO (TRT 9ª REGIÃO) E EX-PRESIDENTE DA AMATRA 9

“O diálogo entre a Magistratura e as instâncias superiores do Judiciário é crucial para um Sistema Jurídico sólido e democrático. A iniciativa da AMB e do Presidente do STF de reunir Juízes em todo o país é meritória, fomentando a transparência e fortalecendo as instituições jurídicas. Além disso, a escolha do Paraná para iniciar o projeto, estado do Presidente da AMB, e a inclusão de toda a Magistratura, evidenciada pela presença de 20 Juízes do Trabalho, demonstram um compromisso amplo com a representatividade e a participação na construção desse diálogo.”



MARCOS A. C. ARAÚJO - JUIZ DE DIREITO (TJ-PR)

“Valorização e esperança! É a sensação que fica após recebermos em nosso estado o Presidente do CNJ, Ministro Luís Roberto Barroso, o qual se mostrou atento e acolhedor em todas as manifestações dos Magistrados e Magistradas paranaenses, que fizeram questão de prestigiar tão ilustre visitante. Desde sua criação, vemos um CNJ que sempre tem muito a dizer da Magistratura e para a Magistratura, mas pouco a ouvir dela, a não ser institucionalmente. Essa relação, que se apresentava vertical, sisuda e quase sempre descendente, passou a permitir um espaço livre para sugestões e até críticas, indicando que, mais do que números e metas a serem batidas, a Magistratura também tem muito a contribuir no aperfeiçoamento da Justiça. Só posso parabenizar o Ministro pela iniciativa e pela coragem de se expor a temas tão sensíveis como a paridade de gênero na carreira da Magistratura, demandas predatórias, inteligência artificial, infundáveis execuções fiscais, entre outras, que foram tratadas, uma a uma, com muita franqueza e respeito, indicando que o caminho criado com o ‘Diálogos da Magistratura’ pode levar a uma perspectiva de maior horizontalidade para toda a Magistratura, fomentando o engajamento com as políticas judiciárias já estabelecidas, principalmente a gestão participativa, tão defendida pelo próprio CNJ.”



BRB DUX VISA EXCLUSIVIDADE QUE MARCA



O **BRB DUX Visa** é conhecido e reconhecido pela sua excelência. Prova disso é que, desde que foi criado, é eleito todo ano o **melhor cartão de crédito do país**. Já são três anos consecutivos sendo premiado por oferecer exclusividade, os melhores benefícios e experiências e um design único.

Sujeito à análise de crédito

Quer adquirir o BRB DUX?



Se ainda não é cliente, abra sua conta.

banco
BRB

DESTINO CERTO 

O PAÍS DOS INCAS

O Peru revela múltiplas facetas. A imponência dessa região ostenta a magia e os mistérios do legado de civilizações milenares. A Secretária de assuntos culturais e sociais da Secretaria de Pensionistas da AMB, Haydée Aparecida Mariz de Oliveira, compartilhou o diário de sua expedição pelo território vizinho.

O roteiro de viagem elaborado pela associada à AMB destaca pontos turísticos que selam a singularidade de sua experiência. O ponto de partida da viagem foi em Lima, capital do país. Em seguida, a turista brasileira percorreu Arequipa, Puno, Cusco e Machu Picchu.

“O Peru impressiona pela sua diversidade étnica, incluindo ameríndios, europeus, africanos e asiáticos, um verdadeiro mix de culturas, que faz com que o país tenha surpreendentes revelações a cada local”, disse.

A maior cidade do Peru, Lima, faz parte do cartão-postal: as montanhas rochosas, os penhascos, os edifícios compõem um cenário deslumbrante. A capital é declarada pela Unesco como patrimônio da humanidade. “Como não apreciar a Plaza Mayor, o Palácio Presidencial, a magnífica Catedral de Lima, que coroa o centro histórico, a Igreja de São Francisco e o belo Parque do Amor?”, refletiu.

A saudosa lembrança da capital a deixou com vontade de regressar àquele lugar. “Sem dúvida a capital peruana vale cada segundo e precisa de pelo menos dois dias para ser gustada. Sai de lá com vontade de voltar!”, afirmou.



IMAGEM: AROUIVO PESSOAL

A pensionista foi ao Peru no mês de agosto, quando abre a estação de inverno no hemisfério sul. “Os meus olhos contemplavam picos com neve e vulcões, fazendo da paisagem um espetáculo à parte”, lembrou.

A próxima parada foi Arequipa, conhecida como Cidade Branca: é a segunda mais importante do país e faz parte da rota turística da região Sul. “Fica localizada num vale a 2.335 metros, rodeada de vulcões. Possui um lindo centro histórico, com edifícios dos séculos XVI a XVIII e arquitetura muito rica e colonial”, destacou.

O local pode ser percorrido a pé, e o passeio contempla museus, igrejas, praças e monumentos. A Praça das Armas, localizada no Centro Histórico, é considerada uma das praças mais bonitas de toda a América Latina: rodeada pela Catedral principal de Arequipa ao norte, os três portais ao leste, sul e oeste e Igreja da Companhia a sudeste, com uma linda fonte de três pratos de bronze coroados com a figura de um soldado do século XVI.

“Visitar a praça ao cair da noite e vê-la toda iluminada nos remete a sonhos. Ao entrar nas lojas de artesanato, observa-se os turistas enlouquecidos procurando

escolher os artigos de lã de alpaca entre as cores maravilhosas: ponchos, luvas, cachecóis e outros tantos. São peças exportadas para todas as partes do mundo”, comentou.

Em direção a Puno, Haydée foi de trem. “Foram duas noites inesquecíveis. Muito requinte nos coquetéis servidos com pompa, jantar impecável, com direito a pernoite agradável e confortável. Após o café da manhã no vagão restaurante, segui em excursão para o lago mais alto do mundo, o famoso lago Titicaca, a uma altitude de 3.812 metros acima do nível do mar, e tive a visão impactante das ilhas flutuantes de Uros, construídas artificialmente, e de outras naturais”, relatou.

O lago Titicaca, situado na fronteira entre o Peru e a Bolívia, na Cordilheira dos Andes, é um dos maiores lagos da América do Sul e o curso d’água navegável mais alto do mundo. Considerado o local de origem dos incas, ele abriga várias ruínas. Suas águas são calmas e límpidas. Nos arredores, está localizada a Reserva Nacional do Titicaca, que abriga uma rara fauna selvagem aquática, tendo, por exemplo, sapos gigantes.

O Peru está entre os dez principais mercados de turismo internacional. Cusco é um dos locais mais visitados. A capital do Império Inca fica a 2.792m acima do nível do mar. “A bela Cusco (a palavra significa umbigo do mundo) se situa no sudeste do Vale Sagrado dos Incas, na região dos Andes. Uma linda praça com imponentes edifícios e igrejas dá-lhe o tom e deixa transparecer a influência espanhola, numa mistura de arquitetura inca e hispana está a igreja de Santa Clara e San Blas, com volumosas paredes de pedra construídas pelos incas”, disse.

Segundo a pensionista, chegar a Machu Picchu é um sonho raro que compensa. O lugar, cujo nome significa “montanha velha”, é uma das sete maravilhas do mundo moderno. “Um lugar para ser visitado ao menos uma vez na vida”, disse a Secretária, que acrescentou ainda: “O Peru e todos os locais por mim visitados valem a pena e deixam saudades, lembranças que se eternizam e se tornam inesquecíveis. Posterguei a viagem por muitas vezes, mas recomendo, pois ganhei muito em cultura e solidariedade. Conheci uma civilização vizinha com um povo repleto de misticismo, magia, grandeza, que calou fundo no meu espírito aventureiro. Encontrei muito mais do que procurei”. ✨



IMAGEM: AROUIVO PESSOAL



VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA: PEC 10/2023 É APROVADA PELA CCJ DO SENADO

Proposta versa sobre a reestruturação da carreira da Magistratura



Imagem: ASCOM/AMB

A intensa articulação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) garantiu mais uma conquista célere para a Magistratura brasileira. A Proposta de Emenda à Constituição nº 10 de 2023 foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e será apreciada pelo Plenário da Casa.

O texto, de autoria do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), propõe alterar a Constituição da República para instituir a parcela mensal por tempo de exercício para Magistrados e membros do Ministério Público — incluindo aposentados e pensionistas.

Para o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior, a aprovação na CCJ foi um grande passo para valorizar a Magistratura.

“É uma vitória de todo o sistema de Justiça. A aprovação é um grande passo para reestruturar a carreira da Magistratura. Desde a apresentação da proposta, a AMB atuou para demonstrar a importância da PEC para estruturar a carreira, que vem perdendo direitos e garantias nas últimas décadas. Essa alteração incentiva os Magistrados a permanecerem na jurisdição e corrige distorções”, disse.

Segundo o Presidente da AMB, a proposta reestrutura as carreiras jurídicas, que não têm recebido a devida valorização. “A Magistratura assumiu protagonismo na sociedade brasileira e tem apresentado índices de produtividade cada vez maiores. Mas esse trabalho não se reflete na remuneração, principalmente no fim da carreira, que está perdendo atratividade”, concluiu.

O trabalho da Diretoria da AMB no Senado garantiu que o texto final da proposta incluísse aposentados e pensionistas, independentemente do regime previdenciário. A sugestão da entidade foi incluída na Emenda nº 19, do Senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), que foi inteiramente acolhida pelo relator Eduardo Gomes (PL-TO).

O substitutivo apresentado pelo Senador ainda incluiu novas categorias do Executivo na proposição, como membros da Advocacia Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal, da Defensoria Pública, delegados, ministros e conselheiros de Tribunais de Contas. Essas alterações serão analisadas pelos congressistas durante os debates antes da votação em Plenário.

“

É uma vitória de todo o sistema de Justiça. A aprovação é um grande passo para reestruturar a carreira da Magistratura. Desde a apresentação da proposta, a AMB atuou para demonstrar a importância da PEC para estruturar a carreira, que vem perdendo direitos e garantias nas últimas décadas. Essa alteração incentiva os Magistrados a permanecerem na jurisdição e corrige distorções.

”

Frederico Mendes Júnior,
Presidente da AMB

DEBATE FRANCO

Durante os debates, o Presidente da CCJ, Senador Davi Alcolumbre (União-AP), avaliou que a matéria é um reconhecimento ao trabalho de Juízes e Promotores. “Não é privilégio: é a carreira. Estamos valorizando uma carreira que é fundamental para o Estado brasileiro. Seja da Magistratura, seja do Ministério Público. A valorização por tempo de serviço é fundamental”, afirmou.

O relator Eduardo Gomes argumentou que a discussão promovida pela matéria permite debater, de forma franca e serena, o funcionalismo público como um todo. “A gente precisa gastar melhor o dinheiro público, e talvez gastar melhor seja gastar melhor com bons funcionários públicos na carreira jurídica [ou] em qualquer outra carreira”, disse.

Para o Vice-Presidente da CCJ, Senador Marcos Rogério (PL-RO), a PEC corrige distorções na remuneração dos Magistrados e pode servir de base para uma reestruturação mais justa das carreiras.

“É preciso criar um modelo que seja moralmente aceito, e o que temos hoje premia as distorções. O novo modelo prestigia o tempo de serviço. Enquanto não avançarmos numa modelagem que estabeleça critérios justos entre quem está no início e quem está há cinco, 10, 20, 30 anos na carreira, vamos manter um sistema que não é justo. Permanecer com o modelo atual acaba por desprestigiar o tempo, o preparo e a formação. Não é o modelo mais adequado”, afirmou o congressista.

O Senador Weverton Rocha (PDT-MA) comentou a importância de estabelecer um debate franco sobre o tema. “Não é a questão salarial apenas, é a questão de valorização de uma carreira que é extremamente exclusiva. Se fizermos o debate de forma muito honesta, vamos garantir pessoas capacitadas para o Estado brasileiro”, afirmou o parlamentar.

A Senadora Dorinha Seabra (União-TO) afirmou que a valorização da Magistratura é fundamental para garantir a Justiça independente. “Estamos falando de um reposicionamento que valoriza o tempo de serviço, as devidas atribuições e, logicamente, a sua responsabilização, sabendo que é uma profissão que exige dedicação, tempo e esforço e isso tem que ser refletido na carreira”, disse.





TRAMITAÇÃO

Pelas regras do Congresso, antes da votação em primeiro turno, a PEC passa por cinco sessões de discussão no Plenário, e, antes do segundo, por mais três sessões de discussão. Uma Proposta de Emenda à Constituição tem que ser discutida e votada em dois turnos em cada Casa do Congresso e só é considerada aprovada se obtiver pelo menos três quintos dos votos dos deputados (308 votos) e dos senadores (49 votos) em cada um dos turnos.

Caso aprovada, a PEC é promulgada pelo Congresso e seu texto é inserido como Emenda Constitucional na Carta Magna.

O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, elencou a proposta entre as prioridades da agenda legislativa deste ano. Segundo o Senador, a alteração não implica em aumento de gastos públicos.

"É preciso uma reestruturação que seja uniforme para todas essas carreiras, valorizando-as e permitindo que aqueles que estejam no banco de escola queiram ser Juízes e que aqueles que estão hoje como Juízes não queiram sair, para fazer o enfrentamento que a sociedade precisa. Para que não tenhamos carreiras que sejam aviltadas, desestimulantes, pouco atrativas", disse o Presidente do Senado.

De acordo com o Presidente Frederico Mendes Júnior, o trabalho realizado pela entidade e pelas filiadas convenceu os Parlamentares sobre a importância da medida para toda a sociedade.

"Estabelecemos um diálogo franco com congressistas de todos os partidos. O debate na CCJ demonstrou um consenso sobre a necessidade de valorizar a Magistratura brasileira. Por isso, temos convicção de que a matéria será aprovada. Agradecemos o cuidado com que o Presidente Rodrigo Pacheco tem tratado o tema e nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários", disse. ▣

“
É preciso uma reestruturação que seja uniforme para todas essas carreiras, valorizando-as e permitindo que aqueles que estejam no banco de escola queiram ser Juízes e que aqueles que estão hoje como Juízes não queiram sair, para fazer o enfrentamento que a sociedade precisa. Para que não tenhamos carreiras que sejam aviltadas, desestimulantes, pouco atrativas.

Sen. Rodrigo Pacheco (PSD-MG),
Presidente do Senado Federal



PL 4015/2023: DIRETORIA DA AMB ENTREGA MAIS UMA IMPORTANTE VITÓRIA PARA A MAGISTRATURA BRASILEIRA

Projeto de Lei que reconhece a missão jurisdicional como atividade de risco é aprovado no Senado Federal

A segurança para quem julga é uma das prioridades da Diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O Projeto de Lei 4015/2023 — que reconhece a Magistratura como atividade de risco permanente — foi aprovado no Plenário do Senado Federal após intensa articulação da AMB. A proposição visa preencher uma lacuna legislativa a fim de assegurar proteção e independência.

O texto, votado no dia 8 de maio de 2024, foi um substitutivo do Senador Weverton (PDT-MA), que havia sido aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 24 de abril. No relatório, o Parlamentar afirmou que “o interesse público é evidente e a proposta pode contribuir para reduzir a vulnerabilidade de Juízes e de Promotores, o risco de corrupção e o risco à família”.

O Projeto de Lei voltará para a Câmara dos Deputados, que analisará as alterações feitas no texto aprovado em agosto de 2023, um substitutivo do relator, deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), para o Projeto de Lei 996/15, do deputado Roman (PSD/PR).

O PL 4015 preenche uma lacuna legislativa, alterando o Código Penal e as Leis dos Crimes Hediondos e de Proteção de Dados Pessoais para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

A Diretoria da AMB acompanhou a votação no Plenário e comemorou mais uma vitória legislativa, resultado da intensa articulação nos últimos meses. O Presidente da entidade, Frederico Mendes Júnior, destacou a importância da matéria.

“Os congressistas entenderam a realidade vivida pela Magistratura e a necessidade dessa legislação. O ato de julgar nos põe em situação de insegurança constante e não podemos permitir que os Juízes se sintam intimidados ao exercer a função constitucional que lhes cabe. Precisamos de tranquilidade e segurança nessa missão. É um projeto que beneficia a Magistratura e também a sociedade”, afirmou.

O Magistrado também ressaltou a firme atuação da Direção da AMB e das lideranças de associações estaduais para sensibilizar os congressistas sobre a urgência da medida.

“Foi mais uma grande vitória para a Magistratura brasileira e só foi possível graças ao trabalho realizado pelos Presidentes de Associações que compõem a AMB com suas respectivas bancadas. A rápida aprovação no Senado reflete esse trabalho e vamos continuar a articulação para que a matéria seja sancionada o quanto antes”, disse o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

O Diretor-Geral de Segurança dos Magistrados da AMB, Desembargador Edison Brandão, citou o empenho da Diretoria da entidade nesta que é uma das prioridades da atual gestão.

“A tramitação veio exatamente pelo reconhecimento evidente da sociedade de que a Magistratura é uma profissão de enorme risco. Nesta gestão, o Presidente Frederico está vivamente empenhado em amenizar essa situação de risco. Essa legislação é uma ferramenta extremamente útil para que a gente consiga isso”, afirmou.

O Diretor-Adjunto da Diretoria de Segurança na Região Nordeste, Desembargador Fábio Ferrário, avaliou a nova conquista. “Em poucas linhas, um grande texto para a Magistratura brasileira. A aprovação do projeto de lei que classifica a função judicante como atividade de risco tem um significado especial para a classe, não só por trazer, no plano normativo, a segurança jurídica que faltava, por hipóteses não contempladas em lei, mas, sobretudo, por demonstrar o amadurecimento da AMB em dialogar com os demais Poderes. Vitória superlativa de todos e para todos”.



GARANTIA DE SEGURANÇA

A medida visa garantir aos seus membros medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles. A matéria classifica como homicídio qualificado o assassinato de Magistrado e se aplica ainda quando a vítima for cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo e por afinidade até o terceiro grau.

Além disso, a pena por lesão corporal praticada contra essas autoridades ou seus parentes também é aumentada em até dois terços. De acordo com o projeto, a lesão corporal de natureza gravíssima ou seguida de morte também será considerada crime hediondo.

Além das alterações penais, o PL prevê medidas de proteção aos dados, como garantia de confidencialidade de informações cadastrais e de dados pessoais e de familiares e a previsão de adoção de medidas com o fim de reverter ou mitigar o efeito de vazamentos ou acessos não autorizados a dados pessoais e agravamento de sanção para infrações praticadas em detrimento de dados pessoais de membros do Poder Judiciário ou do MP.

Também estão previstas adoções de medidas de proteção pessoal em caso de atuação em processos que julgam crimes praticados por organizações criminosas, como escolta, colete balístico, veículo blindado, remoção provisória e trabalho remoto.

“ O ato de julgar nos põe em situação de insegurança constante e não podemos permitir que os Juízes se sintam intimidados ao exercer a função constitucional que lhes cabe. Precisamos de tranquilidade e segurança nessa missão. ”

Frederico Mendes Júnior,
Presidente da AMB



Foto: Marcos Oliveira / Agência Senado

No Plenário, o Senador Weverton defendeu o projeto de lei. “Nós temos carreiras específicas, como os Oficiais de Justiça, os Advogados Públicos, os Juizes, os Promotores, que precisam sim ter esse reconhecimento do Estado brasileiro para saber que eles, no exercício das suas funções, terão todas as condições e a proteção do Estado para que continuem não apenas suas investigações, mas qualquer tipo de diligência”, afirmou o Parlamentar.

O Senador agradeceu o auxílio da AMB durante a elaboração do seu parecer. Segundo o Congressista, o texto foi construído “a várias mãos, junto a todas as associações que ajudaram a construir esse entendimento”.

Uma emenda de Sérgio Moro (União-PR), acatada pelo relator, equipara o ato de atrapalhar investigação contra organização criminosa ao crime de integrar uma organização do tipo. O texto prevê pena de três a oito anos de reclusão.

Os atos de conspirar ou encomendar a prática de violência ou de ameaça contra agente público, testemunha, jurado, advogado ou perito, ou contra seus parentes próximos, para atrapalhar processo ou investigação envolvendo organização criminosa, podem ser punidos com quatro a 12 anos de reclusão. O cumprimento da pena deve começar em estabelecimento penal federal de segurança máxima.



Foto: Jonas Pereira / Agência Senado

PESQUISA DA AMB EMBASOU O PL

Agora, o texto voltará para a Câmara dos Deputados, que é a casa iniciadora do PL 996 /2015, de autoria do Deputado Roman (PSD-PR).

Em agosto de 2023, a proposição foi aprovada pela Câmara, incluindo projetos apensados, como o texto do PL 2191/2023 apresentado ao autor, Dep. Luciano Amaral (PV-AL), pela AMB. Para embasar a elaboração desse projeto, foram considerados dados do estudo "Perfil da Magistratura Latino-americana", elaborado pelo Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) da AMB em 2023, em parceria com a Federação Latino-Americana de Magistrados (FLAM) e o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE).

A pesquisa revelou dados que demonstram a insegurança dos Magistrados brasileiros. Segundo o estudo, 50% dos Magistrados já foram alvo de ameaças à vida ou à sua integridade física — índice apenas superado pela Bolívia (65%) entre os países latino-americanos.

O relatório do CPJ também apontou que mais de 15% dos Juízes sentem-se totalmente inseguros e apenas 20% consideram-se seguros para exercer a missão de julgar.

Para o Deputado Luciano Amaral, autor do PL que foi apensado ao texto aprovado na Câmara, a pesquisa

realizada pela AMB mostrou dados estonteantes e forneceu o embasamento necessário para a elaboração da proposta legislativa. “Vendo os dados da pesquisa, percebemos que os Juízes têm sido vítimas constantes de ameaças que podem até levar à morte. Sabemos da responsabilidade e da importância dos Magistrados e não podemos deixar que a carreira seja tomada pelo amedrontamento”, afirmou.

O mais recente Diagnóstico da Segurança Institucional do Poder Judiciário, emitido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também ressalta a necessidade de mais garantias. Para a elaboração do estudo, mais de 25% dos órgãos de diferentes ramos da Justiça foram consultados. De acordo com a pesquisa, 23 Tribunais brasileiros relataram casos de ameaça a Magistrados. O diagnóstico apontou ainda que todos os ameaçados precisavam de reforço de segurança, como escolta policial e uso de coletes balísticos, entre outras providências.

“A lei é principiológica, ela traz um reconhecimento pleno de uma presunção de periculosidade. É uma carreira, hoje, que submete seus membros a grande risco pessoal. Esse é o grande reconhecimento. Estamos vendo o número de mortes, de crimes violentos e muitas ameaças a autoridades. O país nunca teve, nesse aspecto, um cenário tão preocupante como o de agora”, explicou o Diretor-Geral de Segurança dos Magistrados da AMB, Desembargador Edison Brandão. ▮



31/03/2015

PL 996/2015 COMEÇA A TRAMITAR NA CÂMARA

09/08/2023

PROJETO É APROVADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



10/04/2024

PL É DISCUTIDO NA CCJ



24/04/2024

TEXTO É APROVADO NA CCJ



26/04/2023

PROTOCOLADO PL 2191/2023, PROPOSTO PELA AMB



22/11/2023

SEN. WEVERTON ROCHA É DESIGNADO RELATOR NA CCJ



08/05/2024

TEXTO É APROVADO NO PLENÁRIO DO SENADO





GUIA DE CURSOS 2024



Na ENM, a inovação e a tecnologia caminham lado a lado com o ensino. No Guia de Cursos de 2024, você pode ter acesso a detalhes sobre dezenas de cursos, além de inúmeras oportunidades para você fazer parte desta jornada histórica exitosa. Uma combinação acadêmica que culmina no fortalecimento do Judiciário brasileiro.

Acesse o guia
pelo QR CODE





GUIA PARA O FUTURO

Escola Nacional da Magistratura aposta na inovação para abrir novos caminhos no ensino jurídico

Ao longo de 73 anos, a Escola Nacional da Magistratura (ENM) trilhou um caminho de excelência nas Ciências Jurídicas. A Escola já emitiu mais de 50 mil certificações a Magistrados de todo o Brasil. Nos próximos meses, a ENM dará um novo passo rumo ao futuro do ensino brasileiro, oferecendo formações que abordam os temas mais relevantes da atualidade. Serão oferecidas dezenas de ações educacionais — entre cursos, workshops e palestras — que abordarão tópicos que se conectam com o cotidiano dos Magistrados.

Uma das principais iniciativas acadêmicas é o lançamento do programa de Pós-graduação Lato Sensu em julho. A grade curricular vai priorizar conteúdos aprofundados e o corpo docente contará com especialistas de renome. Um exemplo é a Pós-Graduação “Direito, Tecnologia e Justiça 4.0”, coordenada pelo Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal.

Em 2024, a ENM também vai oferecer oito cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), continuando a parceria em prol da formação continuada de Juízes brasileiros. Entre os assuntos abordados, estão tópicos relevantes da atualidade, como os desafios apresentados pela adoção de novas tecnologias, como a inteligência artificial, no Poder Judiciário. O Direito Eleitoral também tem destaque em ano de eleições municipais.

O Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior, ressaltou a história da Escola e as inovações apresentadas.

“A ENM é um dos grandes nomes no ensino jurídico brasileiro e oferece cursos com professores renomados, nacionais e internacionais, trazendo o mais atual das Ciências Jurídicas. Neste ano, a escola vai adotar novas plataformas digitais para democratizar e qualificar o ensino a distância”, afirmou o Magistrado.



Acreditamos firmemente que a educação é a pedra angular do Judiciário. É nosso dever contínuo como instituição liderar pelo exemplo, inovando e adaptando-nos para atender às necessidades de um ambiente jurídico globalizado. Esses novos empreendimentos são testemunhos do compromisso inabalável da ENM com a excelência e com o futuro da Magistratura no Brasil.

Des. Nelson Missias de Moraes,
Diretor-Presidente da ENM



INOVAÇÃO A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO

A inovação é uma das diretrizes da ENM desde a sua fundação. Neste ano, a escola fortaleceu esse compromisso ao firmar uma parceria com a Universidade Brasil e a Edtech Fpass para modernizar ainda mais e ampliar a oferta de cursos aos Magistrados e à comunidade jurídica.

A nova plataforma de ensino vai permitir mais integração e facilitar o aprendizado dos alunos. Serão nove certificações jurídicas, tratando de temas cada vez mais presentes no cotidiano do Magistrado, como Noções de Gestão Orçamentária e Financeira e Direito Ambiental.

Segundo o Diretor-Presidente da ENM, Desembargador Nelson Missias de Moraes, a parceria com a Universidade Brasil reflete o compromisso da ENM com o futuro da Magistratura brasileira.

“A parceria vai oferecer uma plataforma inovadora, que democratiza o acesso à educação jurídica de qualidade. A tecnologia oferece um ambiente de aprendizado

interativo e acessível e promove uma comunidade de aprendizado colaborativo, onde profissionais compartilham experiências. A ENM é uma referência no ensino jurídico e estamos orgulhosos por mais esse passo dado rumo ao futuro do ensino jurídico brasileiro”, disse o Desembargador.

A Coordenadora-Executiva da ENM, Marcela Bocayuva, explicou que o objetivo final do acordo foi o aprimoramento da Magistratura. “Nosso objetivo é enriquecer a comunidade jurídica, oferecer recursos e ensino de qualidade, não apenas aos operadores do direito, mas também um aprimoramento contínuo ao desenvolvimento da Magistratura”.

NOVAS FRONTEIRAS

A Escola tem reforçado a política de inovação: a oferta de cursos — de pós-graduação, de extensão e de estudos vinculados a instituições estrangeiras — tem promovido uma mudança de escopo que confere maior qualificação à ENM, alterando seu status como instituição educadora.

Neste ano, a escola vai disponibilizar seis cursos realizados em parceria com instituições internacionais. Entre eles, estão formações na Europa, EUA e América Latina.

Essas especializações trazem perspectivas novas para o Direito brasileiro e focam em temas relevantes na missão jurisdicional, como Inteligência e Segurança; Violência de Gênero; Tutela Jurisdicional e Inteligência Artificial.

Os cursos não são as únicas ações internacionais da ENM. Durante o ano, palestras e workshops são realizados em busca de aprimorar os conhecimentos e estabelecer vínculos acadêmicos.

Um dos exemplos foi a realização do “V Brazil Legal Symposium” na Universidade de Harvard, em Massachusetts (EUA). Por meio de um convênio entre a instituição americana e a ENM, 15 Magistrados puderam participar do simpósio que discutiu temas prementes do Direito. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso, fez a palestra inaugural do evento, em que comentou sobre o uso crescente da inteligência artificial no Poder Judiciário brasileiro e o seu potencial para ampliar a eficiência e o acesso aos serviços da Justiça. 



vinho prosa &

Luis Felipe Canever – Juiz de Direito do TJ-SC
Entusiasta de vinho e
Filho e neto de vinicultores domésticos



O apreciador de vinho sabe que nenhuma outra bebida é capaz de apreender tão bem um lugar, um tempo e uma cultura. Se feito adequadamente, com respeito ao terroir, o vinho é a imagem do local de que proveio, das pessoas que trabalharam a sua confecção — do vinhedo à cantina — e das circunstâncias da natureza que transformam cada safra num evento único.

Quem já teve a oportunidade de conhecer Portugal, sabe que, apesar de muito pequeno, tem uma variedade de paisagens e culturas impressionantes. No mundo do vinho, isso também se reflete: produz desde os frescos e minerais Vinhos Verdes sob a influência refrescante do Oceano Atlântico ao Norte, até os virtualmente indestrutíveis vinhos de produção oxidativa da Madeira, na costa da África. Para um país do seu tamanho, Portugal também impressiona por ser um dos maiores produtores mundiais de vinho.

Das 14 regiões vinícolas demarcadas em Portugal, o meu destaque vai para o Douro. Com mais de 2 mil anos de história na produção de vinhos, o Douro é a primeira denominação de origem protegida e foi criada legalmente, em 1756, pelo Marquês do Pombal. O que tornou a região mundialmente famosa é evidentemente o vinho fortificado e doce que leva o nome da cidade do Porto. A região de produção do Douro vale uma visita à parte de todo entusiasta de vinhos.

O Alto Douro Vinhateiro, região que se estende às margens do rio Douro de cerca de 100 km a leste da cidade do Porto até a fronteira com a Espanha, é uma paisagem cultural tombada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO desde o ano de 2001.

O vertiginoso vale do rio que dá nome à região, cercado de montanhas cortadas em infundáveis terraços onde por séculos estão plantados os vinhedos, salpicado de pequenas cidades e vilarejos, é, na opinião de diversos experts, a mais bela região vinícola do mundo.

Existem na região cerca de 20 mil propriedades dedicadas à cultura da vinha, a maior parte com menos de 2 hectares de área e que fornecem sua uva para as grandes casas produtoras e exportadoras do vinho do Porto. O Douro, contudo, modernizou sua produção vinícola nas últimas décadas para atender melhor o gosto do consumidor atual e hoje produz uma alta gama de bons vinhos tranquilos, brancos e tintos.

Há muitas vinícolas ligadas às casas do Porto (Casa Ferreirinha, Symington, Niepoort, etc.) que hoje também produzem vinhos tranquilos de alta qualidade. Vários dos vinhos finos mais caros e procurados de Portugal são produzidos no Douro, como o Prats & Symington Chryseia, o Wine & Soul Pintas e o ícone virtualmente inacessível para os comuns mortais, Casa Ferreirinha Barca-Velha, produzido só nos melhores anos (concebido pela primeira vez em 1952, só 20 safras deste vinho foram lançadas). Mas muitas vinícolas e projetos pequenos existem por toda a região e valem o esforço de encontrá-los.

Uma visita ao Douro pode incluir uma parada na pequena e simpática cidade de Peso da Régua. Sede do Museu do Douro, a cidade tem um cais donde chegam e partem os famosos cruzeiros que atravessam o coração da região vinhateira ou levam até o Porto.

Dali, também são inúmeras as vinícolas que podem ser visitadas. Minha visita sugerida inclui duas experiências bem diversas. Muito próximo do centro de Peso da Régua, encontra-se a vinícola Rola Wines (www.rolawines.com). Sociedade entre 3 amigos nascidos na região do Peso da Régua e que trabalhavam para as grandes casas de vinho do Porto, a vinícola tem apenas 8 hectares de uvas tradicionais da região, que são vinificadas com esmero pela enóloga Ana Rola, na Quinta de Remostias, propriedade de sua família desde os anos 1750. Os vinhos são pequenas joias que encapsulam muito bem o caráter da região.

Um pouco mais distante, em meio a uma serra de beleza exuberante, à beira do rio Douro e cercada por mais de 100 hectares de vinhedos, fica a Quinta Nova de Nossa Senhora Carmo (www.quintanova.com).

Propriedade da família Amorim, maior produtora e exportadora de rolhas do mundo, a Quinta Nova é uma vinícola bi-centenária, que conta com hospedagem de luxo para os interessados e um restaurante aberto ao público (Terraçú's), com vista para o rio Douro e para a bela capela de Nossa Senhora do Carmo existente no local, com refeições harmonizadas com os vinhos produzidos ali e nas outras duas vinícolas pertencentes à família (uma na região do Dão e outra no Alentejo). Os sensacionais vinhos da propriedade podem ser degustados e adquiridos na loja existente no local e incluem o Vinha Centenária Referência Parcela 29/Parcela 21, cuja edição 2019 foi eleito o Vinho do Ano em 2023, no 10º Concurso de Vinhos de Portugal (concursovinhosdeportugal.pt). 🍷

SUGESTÕES DE VINHOS



QUINTA NOVA UNOAKED

Uvas: Touriga Nacional, Touriga Franca, Tinta Roriz e Tinto Cão.

O vinho de entrada da vinícola já é um vinho de alta qualidade. Muito encorpado e alcóolico (14%), o vinho não passa por envelhecimento em barricas, o que permite que seja consumido mais jovem e também mostra mais claramente o potencial da fruta e do terroir do Douro.



PRATS & SYMINGTON POST SCRIPTUM

Uvas: Touriga Franca, Touriga Nacional, Tinta Roriz e Tinta Barroca.

Esse vinho é o segundo vinho da linha do famoso Chryseia. Antes do engarrafamento, o vinho passa por 12 meses de envelhecimento em barricas maiores (de 350 a 400 litros) de carvalho francês usado, o que permite a passagem de características mais suaves da madeira, de modo a se integrar à fruta sem sobressair.



NIEPOORT REDOMA TINTO

Uvas: Tinta Amarela, Touriga Franca, Rufete, Tinta Roriz e Tinto Cão.

Vinho tinto produzido pela grande casa de vinhos do Porto Niepoort, num estilo mais moderno. O seu teor alcóolico é baixo se comparado com os tintos que costumamos encontrar diariamente (12,5% de álcool), mas o vinho é exuberante e traduz muito singularmente o que é a região do Douro. Envelhecido também em tonéis maiores de carvalho usado, busca a integração das propriedades da madeira de forma mais sutil para apenas complementar o que a fruta excepcional traz para o vinho.



PESQUISA MOSTRA A RELAÇÃO DOS CRIMES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA LEGAL COM FACÇÕES

O levantamento foi realizado pelo CPJ/AMB em parceria com CNJ, Pnud e ABJ a partir de dados processuais, que apontam atividades ilícitas. Entre elas, lavagem de dinheiro

Os crimes ambientais na Amazônia Legal estão relacionados à exploração de recursos naturais, à invasão e à grilagem de terras públicas, os quais são cometidos por organizações criminosas. As facções montam esquemas sofisticados de lavagem de dinheiro, a fim de driblar a fiscalização.

São atividades ilícitas que ameaçam a biodiversidade e contribuem para os efeitos climáticos nocivos. Esse diagnóstico integra a pesquisa “Crimes Ambientais na Amazônia Legal”, feita a partir de informações processuais e entrevistas com atores que atuam na região em monitoramento. Os dados são reveladores e mostram uma complexa rede forjada para camuflar atividades ilegais.

O estudo foi realizado pelo Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ).

O lançamento ocorreu em abril, durante a reunião do Observatório de Meio Ambiente do CNJ realizada na sede do órgão, em Brasília, com as presenças do Presidente do CNJ e do STF, Ministro Luís Roberto Barroso; do Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior; da Coordenadora da pesquisa e Conselheira do CNJ, Daniela Madeira; de autoridades do poderes Judiciário e Executivo; e de ambientalistas e especialistas nos biomas brasileiros.

O Presidente da AMB afirma que o levantamento é um importante ponto de partida para colocar a questão na agenda do Poder Público, delimitando estratégias objetivas para dismantelar o crime organizado e incriminar os responsáveis.

“O Judiciário possui atribuição crucial no enfrentamento desse quadro de criminalidade. A Justiça pode determinar o bloqueio de bens e valores, junto às outras medidas coercitivas direcionadas a identificar as quadrilhas, punir os criminosos e conter a reincidência dos atos ilícitos”, destacou o Presidente Frederico Mendes Júnior, que acrescentou ainda: “É urgente, portanto, que essa questão integre o rol de prioridades na agenda do Poder Público, sobretudo no tocante à alocação de recursos”.

Com cinco milhões de metros quadrados, a Amazônia Legal abrange 58,93% do território nacional, ocupando nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins).

Durante a apresentação dos dados, o Ministro Barroso comentou que o Brasil tem um papel importante a assumir. “Temos todas as condições de sermos a grande liderança global em matéria ambiental por todas as razões: temos energia predominantemente limpa (sobretudo na área da energia elétrica, temos energia hidráulica); temos energias renováveis (energia solar, eólica e de biomassa) e temos a Amazônia, que é talvez a maior prestadora de serviços ambientais do mundo”, disse. “O Brasil presta imensos serviços ambientais ao mundo. E estamos discutindo mecanismos para criar uma bioeconomia de forma que a floresta valha mais em pé do que derrubada.”

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi baseada em análise quantitativa e qualitativa. Para a primeira, foi feita a análise de normas e de processos judiciais em matéria ambiental a partir de 17.741 processos associados ao DataJud Corrupção e Lavagem de Dinheiro, de 66.082 processos do DataJud Ambiental, além de 32.046 processos do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1).

A parte qualitativa foi, por sua vez, baseada em entrevistas semiestruturadas com profissionais vinculados a atividades como fiscalização e monitoramento do meio ambiente.

O Diretor-Geral do CPJ, Desembargador Mauro Pereira Martins (TJRJ), avalia que a pesquisa supre uma escassez de estudos sobre crimes ambientais na Amazônia Legal e vai auxiliar a justiça a ter um entendimento mais amplo e detalhado sobre a dinâmica dos crimes ambientais na região.

“São informações obtidas a partir de dados processuais e entrevistas estruturadas com diversos profissionais que atuam no enfrentamento dessas atividades. É um levantamento amplo, que vai contribuir para aprofundar o conhecimento da Magistratura sobre essa importante questão e colocar o tema no rol das prioridades a serem enfrentadas pelo setor público e a sociedade”, diz.



RESULTADOS

Entre os dados obtidos a partir da base processual do TRF-1, constatou-se que as atividades com maior volume processual são: desmatamento (44,9%), seguido pelo garimpo (39,6%), invasão (11,9%), grilagem (1,8%) e mineração (1,8%).

Na esfera dos tribunais estaduais, o levantamento mostra que as dez classes processuais mais comuns relacionadas aos crimes ambientais são: ação civil pública; ação penal – procedimento ordinário; procedimento comum cível; crimes ambientais; execução fiscal; ação penal – procedimento sumário; cumprimento de sentença; execução da pena; auto de prisão em flagrante; ação penal – procedimento sumaríssimo.

Já no segundo grau de jurisdição, os temas processuais de maior recorrência são: dano ambiental; crimes contra a flora; crimes contra o meio ambiente e o patrimônio genético; revogação/anulação de multa ambiental; poluição.

Na análise territorial dos ilícitos, a pesquisa informa que Cuiabá lidera a lista dos municípios com o maior volume de processos, seguida por Porto Velho (RO), Manaus (AM), Barcarena (PA), Altamira (PA), Belém (PA), Boa Vista (RR), Sinop (MT) e São Luís (MA).

CONTRIBUIÇÃO

A Conselheira Daniela Madeira destaca a importância do levantamento ao abordar uma perspectiva que, até então, é usualmente pouco analisada: a relação entre as atividades ilegais na Amazônia Legal e as cadeias de financiamento e lavagem de dinheiro.

“Não existem muitos estudos sobre crimes ambientais que abordem o recorte envolvendo as cadeias de financiamento e lavagem de dinheiro, de forma que esse é um dos levantamentos pioneiros nessa área. Então, com esse trabalho, esperamos contribuir para que essa criminalidade seja coibida por meio do reforço da atenção dispensada pelos setores público e privado aos fluxos financeiros advindos dessas atividades ilegais. E, também, por meio do fortalecimento da atuação conjunta entre os órgãos policiais nacionais e internacionais”, comentou a Conselheira. “Em outra via, é importante destacar que a pesquisa sistematiza informações e propõe iniciativas para aperfeiçoar as políticas públicas judiciárias direcionadas à resolução dos conflitos ambientais”, acrescentou.

ACESSE A PESQUISA "CRIMES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA LEGAL"



ALTA RECOMPENSA E BAIXA RESPONSABILIZAÇÃO

Em todo o mundo, os crimes ambientais estão entre os mais lucrativos, gerando cerca de US\$ 110 bilhões a 281 bilhões em ganhos ilegais a cada ano, conforme dados do Grupo de Ação Financeira (GAFI) referente ao ano de 2021.

Em outro dado importante a ser considerado no combate a atos ilícitos, os crimes ambientais possuem relativo baixo risco jurídico e grandes recompensas aos agentes infratores. Isso porque as investigações e o rastreamento dos lucros obtidos com as atividades ilícitas são limitados e as sanções são brandas, em diversos países, inclusive no Brasil.

A fim de enfrentar esse quadro, a pesquisa apresenta recomendações para o aprimoramento da atuação jurisdicional nas cadeias de lavagem de bens de capitais, corrupção e organização criminosa.

Entre as sugestões constam o aprimoramento da fiscalização, a cooperação em atividades de inteligência, a criação de instrumentos para o monitoramento de prescrições ambientais, a gestão de bens apreendidos, a capacitação de agentes públicos quanto ao contexto regional e o fortalecimento dos canais de cooperação internacional. ▣

Museu Ministro Sepúlveda Pertence

CONHEÇA O MUSEU DO STF

O acervo histórico-cultural do STF é composto por objetos reunidos em mais de 200 anos de história do órgão de cúpula, desde a criação, em 1080, da Casa da Suplicação do Brasil, até os dias atuais, com o Supremo Tribunal Federal.



Acesse o QR Code e revise a história da Magistratura Brasileira por meio do Tour 360°

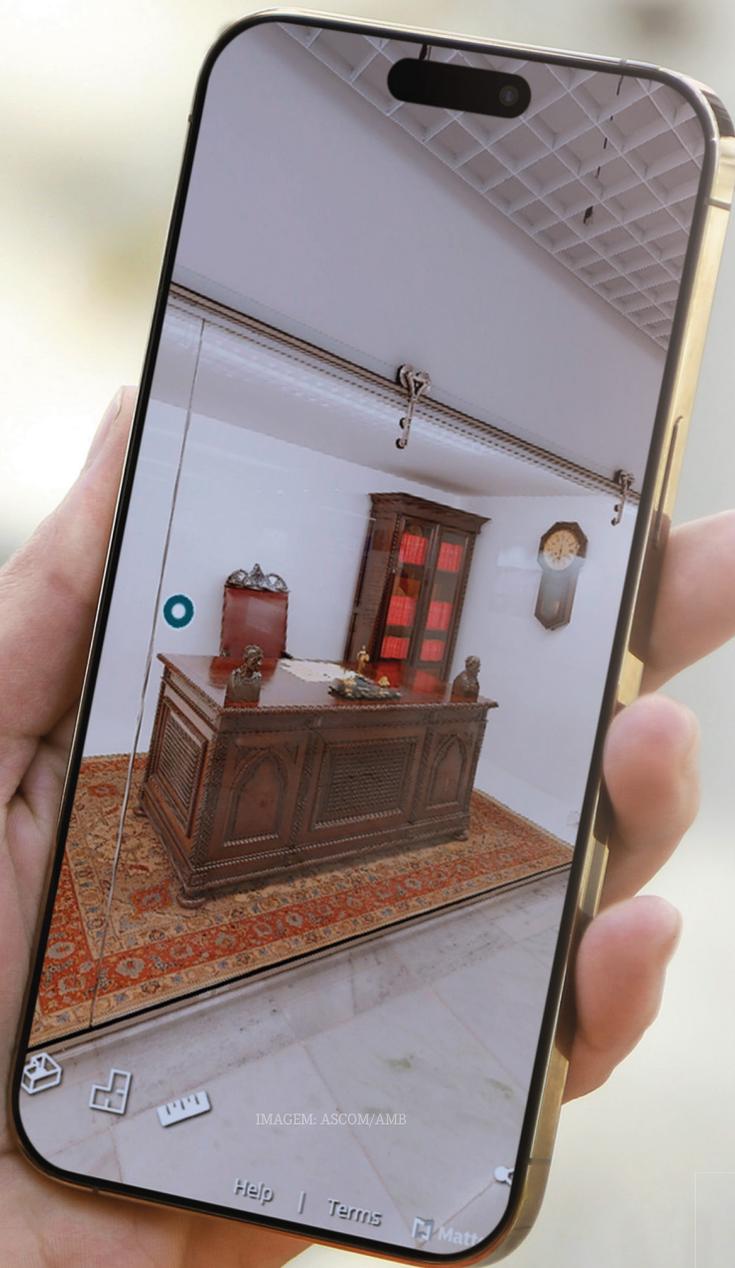




IMAGEM: STJ

BENEDITO GONÇALVES É ELEITO DIRETOR-GERAL DA ENFAM

Sessão plenária do Superior Tribunal de Justiça (STJ) elegeu, por aclamação, o Ministro Benedito Gonçalves como Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Benedito Gonçalves compõe o STJ desde 2008. É natural do Rio de Janeiro e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Ministro é especializado em Direito Processual Civil e Mestre em Direito.

Também foi referendado o nome da Ministra Isabel Gallotti como vice e do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva para integrar o Conselho Superior.

A nova Diretoria vai gerir a Escola no biênio 2024-2026.



IMAGEM: FLICKR STJ OFICIAL

HERMAN BENJAMIN SERÁ PRÓXIMO PRESIDENTE DO STJ

Os Ministros Herman Benjamin e Luis Felipe Salomão foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o biênio 2024-2026. A eleição para os cargos foi realizada pelo Pleno do STJ em abril, e a posse ocorrerá em agosto.

Os Ministros são nomes reconhecidos pela firmeza e sabedoria com as quais conduzem grandes julgamentos. O Ministro Herman Benjamin é um jurista de atuação destacada nas áreas do Direito Ambiental e do Direito do Consumidor e no STJ integra a Corte Especial, a Primeira Seção e a Segunda Turma, as duas últimas especializadas em Direito Público.

O Ministro Luis Felipe Salomão tem participação relevante na jurisprudência do STJ, onde atua há 15 anos, especialmente nos julgamentos de Direito Privado, figurando como relator de diversos precedentes que marcaram o cenário jurídico nos últimos anos. É membro da Corte Especial e Corregedor Nacional de Justiça.

OAB PARA O CNJ

O Conselho Pleno da OAB Nacional elegeu os nomes dos advogados Marcello Terto e Silva e Ulisses Rabaneda dos Santos para representar a classe no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A indicação de Marcello Terto é pela recondução, considerando que o advogado integra a atual composição do Conselho.

A partir das indicações feitas pela OAB Nacional, os dois nomes serão submetidos ao Senado Federal, com processo de sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após a aprovação no Senado, os nomes seguem para a Presidência da República, para nomeação e publicação oficial.

53º FONAJE DESTACA LINGUAGEM SIMPLES

A última edição do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje) trouxe a “Linguagem Simples no Juizado: Inclusão e Cidadania” como tema.

O encontro aconteceu nos dias 15 e 17 de maio, na capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, e primou pela valorização dos critérios da Lei 9.099/95, dentre eles o da simplicidade, buscando soluções para tornar os juizados mais acessíveis e inclusivos.

Criado em 1997, o Fonaje reúne coordenadores estaduais e juízes da área dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de todo o Brasil. A cada evento, os participantes estudam e debatem os principais temas da área com o objetivo de aprimorar os serviços judiciais e auxiliar na padronização de procedimentos adotados no país.

REGULAMENTAÇÃO DA PERMUTA ENTRE JUÍZES DE DIREITO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu um grupo de trabalho para analisar a forma de regulamentação da permuta entre Juízes de Direito.

Promulgada em outubro de 2023, a Emenda Constitucional nº 130 instituiu a movimentação de Juízes no âmbito dos Tribunais de Justiça das diferentes unidades da Federação.

A aprovação e promulgação da permuta é uma vitória da Magistratura e representa um marco para a garantia da isonomia entre as diferentes esferas da Justiça e reforço à unicidade do Poder Judiciário.

Sobre esse tema, o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Frederico Mendes Júnior, teve o aval do Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, para indicar aos Juízes que a resolução está em curso.

“Quero anunciar, após autorizado pelo Ministro Luís Roberto Barroso, que a equipe dele trabalha em um projeto de resolução para a permuta. É um trabalho que foi iniciado, que vai caminhar e que atinge uma parte muito grande da Magistratura”, disse. A informação foi dada no início de março, durante a realização do evento “Diálogos da Magistratura”, em Curitiba.

O Presidente da AMB informou que mais de 1.500 Magistrados em diversas localidades do país têm interesse na permuta e serão beneficiados com a regulamentação.

MINISTRO CAMPBELL NA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

O Ministro Mauro Campbell Marques é o indicado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para ocupar a Corregedoria Nacional da Justiça no biênio 2024-2026. A votação ocorreu em abril, durante eleição do Pleno do Tribunal.

Campbell foi indicado para substituir o Ministro Luís Felipe Salomão, eleito Vice-Presidente do STJ para o biênio 2024-2026.

Pela Constituição, os integrantes do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, após a validação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aprovação pelo plenário do Senado.

MEDIA TRAINING

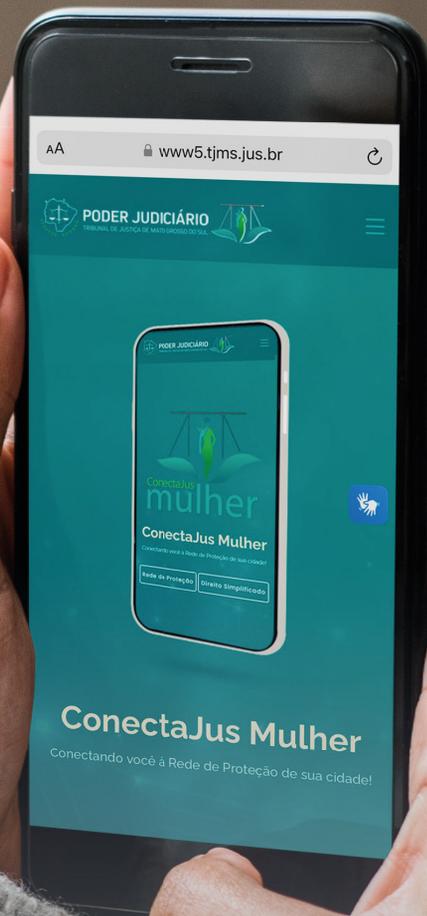
Preparar os Magistrados para lidar com a mídia, melhorando a forma como comunicam suas decisões e ações à sociedade — esse foi o objetivo da edição do media training promovido pela Novo Selo Comunicação com diretores da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e representantes de entidades filiadas. Além de Fábio Brandt e Telmo Fadul, profissionais da empresa, que assessora a AMB desde 2020, participaram também a fonoaudióloga da Rede Globo e da CBN Monica Krieger e a coordenadora da Assessoria de Comunicação da AMB, Carollina Andrade. 



IMAGEM: ASCOM/AMB



IMAGEM: ASCOM/AMB



CONECTAJUS MULHER: LINGUAGEM ACESSÍVEL SALVA VIDAS

Plataforma do TJ-MS exclusiva para atendimento a casos de violência doméstica utiliza comunicação do Direito Simples para apoiar e ajudar vítimas

Comunicação fácil e inclusiva. Foi a partir dessa diretriz de objetividade que o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJ-MS) desenvolveu o ConectaJus Mulher, portal especializado em orientar vítimas de violência doméstica e familiar.

O ConectaJus Mulher é uma plataforma que aborda um tipo de conflito que faz parte do cotidiano dos órgãos de Justiça e está no ar desde 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Com uma identidade visual leve, linguagem simples e navegação intuitiva, o portal teve mais de dois mil acessos em suas primeiras semanas de atividade.

A titular da Coordenadoria da Mulher do TJ-MS, Desembargadora Jaceguara Dantas, conta que a iniciativa foi idealizada em agosto do ano passado, a partir de um projeto proposto pela Juíza Adriana Lampert (TJ-MS).

A ideia mobilizou uma equipe multidisciplinar formada pela Coordenadoria da Mulher e pelas Secretarias de TI, Comunicação e de Planejamento do Tribunal, e ganhou impulso com a Recomendação nº 144 do CNJ, que sugere aos órgãos do Judiciário a adoção da linguagem simples em seus atos e comunicados.

A Magistrada Jaceguara Dantas explica que criar o ConectaJus Mulher foi desafiador justamente porque foi necessário, para esse projeto, deixar de pensar com o padrão de comunicação do Poder Judiciário e buscar um novo formato, mais acessível às vítimas de violência doméstica e seus familiares. E foi nesse sentido que os idealizadores buscaram o Direito Simplificado para montar uma plataforma com linguagem acessível e que possibilitasse buscas intuitivas.

“É um avanço para aumentar a proteção e a segurança e ajudar a prevenir a escalada de violência e até mesmo o feminicídio, reforçando o compromisso do Poder Judiciário no combate à violência e para garantir os direitos das mulheres”, afirma a Coordenadora da Mulher do TJ-MS.

JUSTIÇA AINDA MAIS CÉLERE

Ao acessar a plataforma, a vítima de violência doméstica ou o seu familiar têm a opção de conectar-se à “Rede de Proteção” ou ao “Direito Simplificado”.

A aba “Rede de Proteção” encaminha, para a usuária, uma lista de comarcas, abrangendo todo o Mato Grosso do Sul. Nessa página, o interessado confere a rede de proteção em cada município do estado.

A aba “Direito Simplificado”, por sua vez, informa todo o procedimento cartorário. Nessa parte são apresentadas as cinco situações diferentes relacionadas ao processo, com a explicação sobre as formas nas quais as intimações podem ocorrer. Também de forma simplificada, é mostrada a lista de documentos necessários e um vídeo institucional com instruções

dirigidas às vítimas de violência sobre o que fazer para interromper o ciclo de violência.

A plataforma direciona as mulheres a uma aba específica, que trata de seus direitos. São apresentados os tipos de violência doméstica e familiar e as fases do crime.

Há também informações sobre como acessar a Justiça e as medidas protetivas urgentes que devem ser adotadas para evitar riscos maiores, principalmente, o feminicídio.

PROTETIVAS ON-LINE

A Desembargadora destacou que a finalidade principal é informar às mulheres vítimas de agressão e maus-tratos que elas podem contar com uma rede de proteção para quebrar o ciclo de violência.

“Nos mobilizamos para fazer isso acontecer e gostamos muito do resultado porque conseguimos lidar com um tema pesado e tenso de forma objetiva e em um portal intuitivo e que favorece a leitura”, disse a Desembargadora.

Concluída essa fase, Jaceguara Dantas informa que a Coordenadoria atua para tornar o ConectaJus Mulher conhecido em todos os municípios do estado, para que essas informações e a rede de proteção possam ser acessados nos mais distantes rincões do Mato Grosso do Sul, inclusive por mulheres indígenas.

No último Dia Internacional da Mulher, juntamente ao lançamento do portal, foi anunciado que o sistema “Protetivas On-line” passou a abranger todos os municípios sul-matogrossenses. O sistema permite que as vítimas de agressão e maus-tratos possam recorrer à Justiça de forma remota, por celular ou computador, para pedir medidas protetivas de urgência para prevenir ou pôr fim a atos de violência, garantindo a segurança da vítima e impondo restrições ao agressor ou agressora. ❏



**ACESSE E CONHEÇA O
CONECTAJUS MULHER**



8^o

ENAJE

ENCONTRO NACIONAL DOS JUÍZES ESTADUAIS

SÃO PAULO | 2024



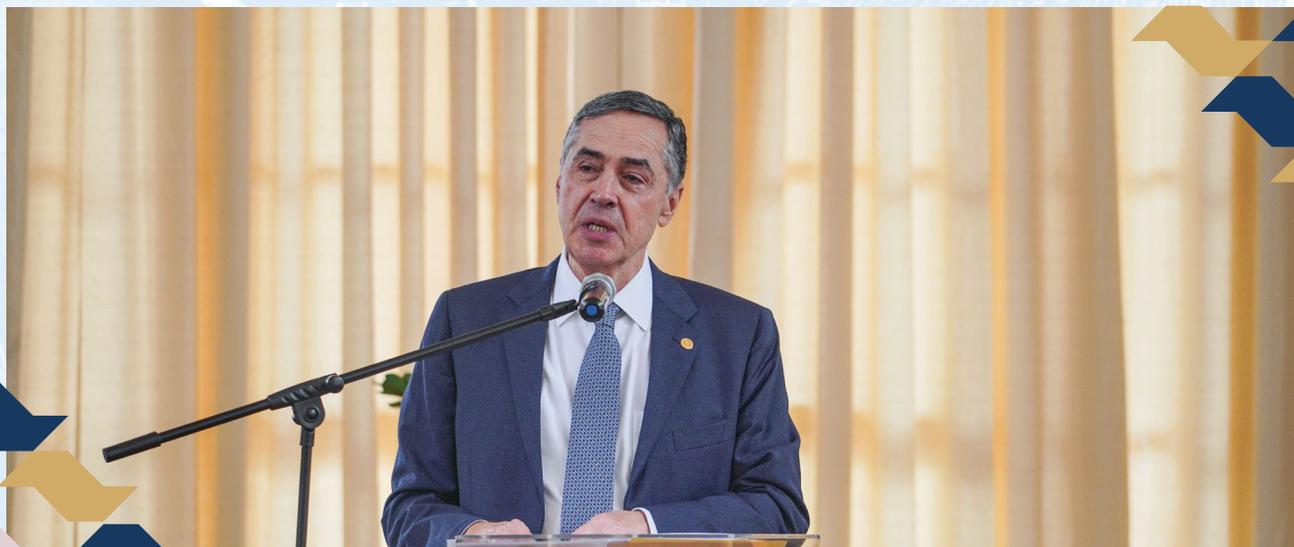
INSCRIÇÕES PARA A 8ª EDIÇÃO DO ENAJE COMEÇAM NO DIA 15 DE JUNHO

Memorial da América Latina, em São Paulo, será palco do maior evento da Magistratura estadual brasileira; Presidente do STF, Luís Roberto Barroso, será um dos palestrantes

O VIII Encontro Nacional dos Juizes Estaduais (Enaje) ocorrerá entre os dias 14 e 16 de novembro de 2024 em São Paulo (SP). As inscrições começam em junho, e os primeiros interessados podem contar com um pacote promocional durante o mês. O lote tem um custo de R\$ 500 reais. O próximo, de julho a agosto, será de R\$ 600 reais. Já os ingressos adquiridos entre setembro e novembro custam R\$ 750 reais. O evento é aberto para não-associados, que deverão pagar R\$ 1.200 reais.

Para a 8ª edição, são esperados mais de 1.500 participantes, entre Magistrados e outras autoridades. Serão realizadas mesas redondas, painéis e palestras com renomados nomes do Poder Judiciário, do Direito e da sociedade civil. O atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso, é uma das presenças confirmadas.

Além da extensa programação científica, o Enaje vai contar com uma agenda cultural.



O principal objetivo do encontro é aprimorar a prestação jurisdicional da Magistratura estadual, que concentra grande parte do volume de trabalho do Judiciário brasileiro.

"O Enaje representa uma oportunidade importante para discutir o papel dos Juízes na sociedade brasileira e o futuro da Magistratura. É evidente que a carga de demandas judiciais é significativa. Isso reflete a confiança que os cidadãos depositam no Judiciário. É crucial avaliar o impacto total que essa produtividade da Magistratura tem causado na vida daqueles que estão envolvidos na missão jurisdicional. O Magistrado, enquanto resolve processos, também precisa cuidar de todas as áreas que afetam sua própria vida", afirmou o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

O último Enaje ocorreu em Foz do Iguaçu (PR) em 2019. Segundo a Coordenadora da Justiça Estadual da AMB, Vanessa Mateus, os Magistrados serão os protagonistas do evento.

"A meta do Enaje é criar um ambiente onde os Magistrados se sintam conectados com os temas em debate e tenham suas vozes ouvidas. Pretendemos abordar questões relevantes para o cotidiano dos Juízes, visando

fortalecer efetivamente as prerrogativas da Magistratura", afirmou a Juíza.

A 8ª edição será organizada em colaboração com a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), liderada pelo Juiz Thiago Massad.

O local escolhido para sediar o encontro é um marco da capital paulista, o Memorial da América Latina. O complexo arquitetônico, político e cultural completa 35 anos em 2024.

"O Memorial da América Latina será o cenário ideal para debatermos questões relevantes para a Magistratura brasileira. Teremos a presença de Juízes de todo o Brasil, um país que tem realidades muito particulares em cada estado. Essa troca de experiências certamente irá resultar em soluções inovadoras para o aprimoramento da prestação jurisdicional. A Apamagis está honrada em organizar esse grande evento juntamente à AMB", afirmou o Juiz Thiago Massad.

PROGRAMAÇÃO CIENTÍFICA

Em sua oitava edição, o Enaje abordará os desafios da Magistratura no Brasil e no mundo no contexto das democracias contemporâneas. Entre os assuntos em análise para compor a programação constam a indepen-

dência da Magistratura; as tecnologias digitais; a importância da sustentabilidade e do meio ambiente; e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. 

COMISSÃO CIENTÍFICA DO ENAJE SE REUNIU NO INÍCIO DE MAIO / ASCOM AMB



IV FONAVEP

FÓRUM
NACIONAL
DE EXECUÇÃO
PENAL

FOZ DO IGUAÇU | 2024



ILUSTRAÇÃO: ASCOM/AMB

FONAVEP DESTACA OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO NA EXECUÇÃO PENAL PARA GARANTIR OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS

Política antimanicomial; crimes militares; facções criminosas; saúde no sistema penitenciário; trabalho do apenado e política prisional foram os principais assuntos debatidos por autoridades de diversos lugares do País

De uma lado, a realidade do sistema penitenciário e, do outro, a missão jurisdicional para garantir os princípios estabelecidos na Constituição Federal. No ponto central, Magistrados estão na complexa condição de fazer a interseção entre o texto da lei e as problemáticas da esfera carcerária. O maior desafio dessa área é assegurar a Justiça. A edição do IV Fórum Nacional de Execução Penal debateu uma série de temas correlatos.

O evento foi realizado em Foz do Iguaçu (PR), organizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), a Escola da Magistratura do Paraná e a Escola Judicial do Paraná. Esta edição também contou com o apoio da Itaipu Binacional.

“Ao reunir Magistrados e especialistas de todo o Brasil, o Fonavep abre um espaço de diálogo e troca de experiências essencial para a Justiça. A identificação de desafios comuns ajuda a encontrar soluções inovadoras para a melhoria do sistema prisional. É um debate importante não só para o Poder Judiciário, mas para toda a sociedade brasileira”, afirmou o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

O Presidente da Amapar e Secretário da AMB, Marcel Ferreira dos Santos, ressaltou a necessidade do debate para o avanço ainda maior do Sistema de Justiça.

“O evento foi um sucesso em razão da atualidade dos temas debatidos, a exemplo da Política Antimanicomial do CNJ e da crise do sistema carcerário reconhecida definitivamente pelo STF ao tratar do denominado ‘estado de coisas inconstitucionais’ no julgamento da ADPF 347. O fato de o evento contar com diferentes atores sociais, para além da Magistratura, contribuiu para a ampla pluralização das discussões envolvendo todo o Sistema de Justiça. Parabenizo à AMB pela excelência do evento”, afirmou.

O Secretário-Geral da AMB, Adriano Seduvim, também destacou a importância do evento para o aprimoramento do sistema de execução penal.

“O IV Fonavep tratou de temas bem atuais da execução penal do Brasil, a exemplo da política antimanicomial e enfrentamento ao crime organizado. O fórum tem, a cada ano, se consolidado como uma referência e reunido Magistrados de todo o país para uma troca de experiências. Com isso, a Magistratura tem dado importante contribuição para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional sobre o tema”, disse o Magistrado.

O evento reuniu Magistrados de todo o Brasil. “A importância que a gente consegue em contato com outros Juizes é ter uma troca de informações sobre a realidade de cada um deles: aprender as boas práticas; tomar uma consciência institucional da importância do Judiciário no enfrentamento das questões afetas ao sistema prisional”, disse a Juíza Luciana Netto Rigoni (TJ-SP).

POLÍTICA ANTIMANICOMIAL

O tema política antimanicomial do CNJ abriu o primeiro debate do encontro. O Desembargador Mauro Martins, Conselheiro no biênio (2022/2023), foi o palestrante do primeiro painel. O Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior, presidiu a mesa, composta pelos debatedores Luís Geraldo Sant'ana Lanfredi, Juiz auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenador do DMF, e João Mendes Júnior, representante do Ministério da Saúde.

“Essa norma não inova no Sistema Jurídico brasileiro. Ela só concretiza o que já está posto na lei federal 10.216 de 2001. Portanto, a resolução vem com atraso de mais de 20 anos: disciplinando essa matéria, o Brasil vivia em uma situação de constrangimento perante a comunidade internacional por conta de uma violação frequente e permanente dos Direitos Humanos da Dignidade da Pessoa Humana”, disse o Desembargador Mauro Martins.



POLÍTICA ANTIMANICOMIAL

IMAGEM: ASCOM/AMB

APLICAÇÃO DA LEP

Os desafios da Lei de Execução Penal (LEP) em crimes militares, de violência doméstica e de trânsito foram amplamente discutidos durante o evento. O Juiz da Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Fábio Bergamin Capela, foi o palestrante do segundo painel do evento. A mesa foi presidida pelo Desembargador Miguel Kfourri Neto.

“Sobretudo os crimes relacionados à violência doméstica, contemplados pela Lei Maria da Penha, e os delitos de trânsito assumem uma posição de destaque na sociedade contemporânea. Os casos de violência doméstica têm assoberbado nossas varas especializadas e, devido ao aumento das frotas, há uma reiteração de ocorrência dos delitos de trânsito. Por isso, para a Jurisdição, é importante, em primeiro lugar, um processo célere e, em segundo, um apenamento e uma execução penal que não contribuam para disseminar na sociedade o sentimento de impunidade — visando que a função preventiva da pena, e da própria execução penal, seja atingida”, disse o Desembargador Miguel Kfourri Neto.

Os debatedores do painel foram o Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, e a Desembargadora Lídia Maejima (TJ-PR).

O palestrante do painel, Fábio Bergamin Capela, Juiz da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, explicou os desafios da aplicação da LEP para presos militares. Segundo o Magistrado, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm o entendimento de que se aplica a LEP também aos militares condenados pela Justiça Militar, os quais cumprem pena em uma organização do segmento.

“A Constituição da República, quando quer tratar o militar de forma diferente do civil, faz isso expressamente. Se ela não fez, quer dizer que não tem diferenciação. Logo, o princípio da individualização da pena não fez exceção em relação aos militares. Logo, o sistema de progressão também não”, afirmou o Juiz.



APLICAÇÃO DA LEP

IMAGEM: ASCOM/AMB

CRIME ORGANIZADO

O Fonavep também tratou do enfrentamento do Judiciário às facções criminosas ramificadas dentro das penitenciárias brasileiras. O Conselheiro do CNJ João Paulo Schoucair foi o palestrante do evento. Ele destacou a efetividade da Magistratura no combate ao crime organizado. A mesa de discussão foi presidida pela Coordenadora da Justiça Estadual da AMB, Vanessa Mateus.

“O problema é enorme. O problema é grave. O CNJ e a Magistratura têm plenas condições de mapeá-lo e tentar encontrar soluções. Não há soluções fáceis. Não há respostas prontas. O crime organizado se transforma a cada dia e isso exige da Magistratura a necessidade de encontrar soluções e de mudar as técnicas de abordagem, mas felizmente nós temos uma Magistratura preparada e um Conselho atento a essa questão”, avaliou a Magistrada.

Os debatedores do painel foram o Juiz de Direito Daniel Bomfim, membro da Diretoria de Assuntos Legislativos da AMB, e o Juiz de Direito Mário Jose Esbalqueiro Júnior, Coordenador de Execução Penal da AMB.

Segundo a avaliação do Conselheiro, é preciso enfrentar o crime organizado por todas as vertentes. “A solução é única: são todos os atores do Sistema de Justiça e os organismos policiais sentados à mesa para encontrar as críticas e soluções comuns para esse problema que nos aflige”, disse.

DMF

Os caminhos do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) para os próximos anos foram debatidos pela Juíza Juliana Arantes Zanin Vieira (TJ-PR) e pelo Desembargador Ruy Muggiati.

O Conselheiro do CNJ José Edivaldo Rocha Rotondano foi o palestrante do painel. A mesa foi presidida pela Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Débora Cassiano Redmond.

O Desembargador José Rotondano convocou os servidores e autoridades do Poder Judiciário a agirem em prol da melhora do sistema prisional, citando projetos dos quais participou durante o seu trabalho como Magistrado. “Os desafios são muitos, precisamos ouvir todos que participam desse sistema. O Poder Judiciário deve ser um indutor de políticas públicas”, afirmou.

O Magistrado ressaltou a importância de sensibilizar a sociedade sobre o retrocesso civilizatório presente nas prisões brasileiras e que o Fonavep é umas das saídas para melhorar esse cenário. “Esse encontro vai pautar a atuação do DMF nos próximos anos. Daqui temos que tirar ideias, trocar interfaces e aplicar em nossas comarcas. É indispensável união, coragem e discernimento para lidar com o tema”, resumiu o conselheiro.



IMAGEM: ASCOM/AMB



IMAGEM: ASCOM/AMB

SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

O debate trouxe a vulnerabilidade da população encarcerada em razão dos preceitos constitucionais violados. O ex-presidente da AMB Jayme Martins de Oliveira Neto, Conselheiro Nacional do Ministério Público (CNMP), foi o palestrante do evento. A Desembargadora Priscila Placha Sá (TJ-PR) participou como debatedora na mesa presidida pelo Juiz Allan Martins Ferreira, Presidente da Associação de Magistrados do Estado de Tocantins (Asmeto).

O Magistrado Jayme Martins de Oliveira Neto falou do papel da Magistratura e do Ministério Público na melhoria do Sistema Penitenciário.

“Nós temos muito a fazer nessa área para melhorar as condições, que são sub-humanas. O Sistema foi reconhecido como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Não há condições mínimas de saneamento e de saúde dessas pessoas que vivem ali dentro. Nós temos um papel de fazer as coisas acontecerem. O Juiz não está envolvido com a política. Ele pode, ao lado do Ministério Público, procurar soluções e movimentar as máquinas governamentais de maneira a cobrar essas responsabilidades”, disse.

A Desembargadora Priscila Placha Sá (TJ-PR) também falou sobre a vulnerabilidade da população e os reflexos que essas condições trazem para a sociedade em geral. A debatedora ressaltou a necessidade do engajamento da Magistratura na melhoria dos presídios no Brasil.

“A Magistratura deve estar engajada para a minimização dessas violências, dentre elas as que se referem ao direito à saúde como a potencialização ao atendimento desses direitos de forma adequada — seja controlando e verificando agravos, adotando medidas nas quais sejam necessárias intervenções do Judiciário, seja na hipótese de reparação de direitos, mas também no fomento de políticas públicas”, afirmou.



IMAGEM: ASCOM/AMB

TRABALHO DO APENADO

Apesar da precariedade do sistema prisional, há experiências bem-sucedidas que indicam rumos para a reinserção social. Esta edição do Fórum discutiu as condições para que pessoas que cumprem pena em regime fechado possam retornar ao mercado de trabalho. O painel “Trabalho do apenado” foi conduzido pela Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos da AMB, Rosimeire das Graças do Couto, e teve como painelistas o Conselheiro do CNJ Guilherme Feliciano Guimarães.

Durante a apresentação, o Magistrado fez uma exposição sobre a situação do atual sistema prisional. Ele abordou a classificação de Estado de coisa inconstitucional, citando o quadro de precariedade, de degradação e de denúncias sobre o aumento de tortura. “Em dados de janeiro deste ano, a Secretaria Nacional de Políticas Penais informa que há 649 mil pessoas privadas de liberdade no Brasil por decisões judiciais e apenas 482 mil lugares no sistema. Evidentemente, essa conta não fecha”.

Apesar do quadro negativo, o Magistrado comentou que há avanços e boas experiências. Ele citou que, no Paraná, há 244 novos canteiros de trabalho, com 11.557 pessoas privadas de liberdade em atividades laborais, em condições salutaras, incluindo detentas. Esse número aumentou 18,9% em 2023, em comparação com o ano anterior. “Temos visto o fomento à participação de apenados em programas de aprendizagem, dentro e fora das unidades. O Paraná tem usado cursos de qualificação como forma de reinserção que reduzem a reincidência e permitem o ingresso no mercado de trabalho”, destacou.

Também participaram do debate o Desembargador Rogério Favreto e o Juiz de Direito Luiz Felipe Medeiros Vieira.



IMAGEM: ASCOM/AMB

APERFEIÇOAMENTOS NA INTERLOCUÇÃO ENTRE OS PODERES

O painel “Relações entre os Poderes Executivo e Judiciária em matéria de execução penal – encontro e desencontros” tratou da interlocução entre os governos, as forças de segurança pública e os órgãos judiciais nos temas sobre as políticas prisionais e sua efetividade. O debate foi conduzido pelo Secretário-Geral da AMB, Adriano Seduvin, com os palestrantes: Diretor-Adjunto do Departamento de Polícia Penal do Paraná (DPP), Maurício Ferracini; Subprocuradora-Geral do Estado de São Paulo, Alessandra Obara Soares da Silva; Delegado-Chefe da Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, Marco Berzoini. 



IMAGEM: ASCOM/AMB



DISCURSO DO PRESIDENTE FREDERICO MENDES JÚNIOR NO IV FONAVEP

IMAGEM: ASCOM/AMB



TEMPEROS DO BRASIL

NORTE

Por Dannel Bomfim, Diretor de Assuntos Legislativos da AMB e Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco (TJ-AC)

Pirarucu à Casaca

A culinária brasileira é rica em fusões culturais, na qual se destaca o pirarucu à casaca, iguaria que reflete a abundância amazônica e a criatividade dos povos que lá habitam.

O pirarucu é fonte vital de sustento dos povos ribeirinhos e a casaca, crosta crocante feita de farinha de mandioca, representa a habilidade dos povos indígenas em aproveitar recursos naturais e a sabedoria em domesticar a macaxeira. Ao longo dos séculos, a receita foi enriquecida pela influência africana e europeia, que adicionaram cebola, azeite, pimentão e coentro.

O pirarucu à casaca é mais do que um prato regional – é um símbolo da diversidade cultural, e cada garfada é uma jornada sensorial por florestas tropicais, rios sinuosos e tradições ancestrais.

Foto: Receiteria

**Receita**

Foto: Receitas Galo

CENTRO-OESTE

Por Darion Leão Lino, Juiz de Direito aposentado do TJ-MS

Macarrão de Comitiva

O Mato Grosso do Sul sempre esteve ligado à pecuária e ao manejo de gado. No Pantanal, devido ao ciclo das águas, ainda hoje é comum o manejo de gado para áreas pastais. A Comitiva Pantaneira, formada por peões montados a cavalo ou mulas, transporta o gado entre áreas alagadas e áreas não alagadas, a fim de que a boiada sobreviva na época de cheia ou até mesmo de estiagem no Pantanal.

Pelo trajeto, o cozinheiro da comitiva serve pratos típicos, como o macarrão de comitiva, uma das tradicionais iguarias da comida pantaneira, feito sempre no fogo de chão (chamado de "trempe") com carne soleada ou de sol, cebola, alho, óleo ou banha e sal.

Receita**SUL**

Por André Luis de Moraes Pinto, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Santa Cruz do Sul (TJ-RS)

Receita**Vaca Atolada**

A origem dessa deliciosa iguaria remete ao século XVIII, com as comitivas boiadeiras pelo interior bandeirante e o transporte de gado no pampa gaúcho rasgando estados. As vastas distâncias percorridas e as dificuldades de conservação dos alimentos exigiam dos peões organização e criatividade.

O gado que conduziam garantia proteína e energia. O campo que tudo dava oferecia um tubérculo cultivado desde que os indígenas eram senhores das terras: a mandioca. Após um dia exaustivo, estavam reunidas as condições para a elaboração de comidas potentes, gordurosas e de cocção lenta.

A Vaca Atolada é o produto final de cortes de costela vacuna "atolada" em pedaços de mandioca já quase se desmanchando, encharcados pelo suco da proteína e dos legumes.



Foto: UOL

Foto: UOL

Foto: Band Receitas

NORDESTE

Por Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa,
Juíza de Direito da 2ª Vara
Mista de Santa Rita (TJ-PB)

Rubacão

O Rubacão – prato admirado em cada canto paraibano – é uma adaptação de uma receita árabe elaborada com arroz, lentilhas, cebola frita e iogurte. Há quem diga também que o Rubacão surgiu com os sertanejos, que misturavam arroz, feijão, naco de carne, toucinho e leite para comer no final da tarde.

Independentemente da origem, a receita foi incrementada e dominada por toda a riqueza dos sabores nordestinos. “É receita onde tudo é pesado e medido na balança do olho”, afirmou a Juíza, “uma paraibana que faz e come”. Preparado com queijo coalho, nata, feijão verde e leite, o Rubacão ocupa um lugar de destaque na gastronomia nordestina, rica em sabores, aromas e comunhão de tradições.

Receita**SUDESTE**

Por Sérgio Polastro Ribeiro,
Coordenador da Justiça do Trabalho
da AMB e Presidente da Amatra XV

Cuscuz à Paulista

Muito diferente do cuscuz nordestino, o Cuscuz à Paulista ganhou ares de refeição itinerante ao chegar no Estado dos Bandeirantes. Feito a partir de uma mistura de farinha de milho grossa, ovo, molho de tomate, milho, sardinha ou atum, o prato deixou de lado a cuscuzeira e passou a ser preparado nas panelas comuns e colocado diretamente no fogo. O modo de preparo mais rápido atendeu às necessidades da rotina acelerada que uma cidade cosmopolita como São Paulo demanda. 🍴

Receita



O FUTURO HOJE: GERAÇÕES DE BRASILEIROS IMPACTADAS PELO PROGRAMA “CIDADANIA E JUSTIÇA TAMBÉM SE APRENDEM NA ESCOLA”

Lançamento da atualização da cartilha selou a comemoração de três décadas da iniciativa da AMB, que atendeu mais de 6 milhões de crianças no Brasil

O Brasil do amanhã construído hoje é a tônica do trabalho realizado há 30 anos pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Para a aguerrida missão de criar pontes entre o Judiciário e o futuro, o público infantil tem sido o alvo, e a educação, o meio pelo qual promove e transforma o consciente coletivo a fim de assegurar a Justiça social. O Judiciário mais humano e mais eficiente está sendo levado a milhões de crianças por meio do Programa “Cidadania e Justiça Também Se Aprendem na Escola”. Neste ano, a entidade lançou a atualização da Cartilha da Justiça, que reúne os valores constitucionais apresentados com tom lúdico.

O encontro aconteceu durante a reunião do Conselho de Representantes da AMB, em Foz do Iguaçu (PR), com a participação de 54 crianças da Escola Cecília Meireles, do ex-jogador de vôlei Giba e de autoridades do Judiciário.

O Programa leva o Direito ao entendimento infantil a partir de atividades lúdicas. Cabe ressaltar que ele começou a ser desenvolvido em 1993 pelo próprio Desembargador Roberto Bacellar – que hoje é o Coordenador-Geral do Programa na AMB –, na Comarca de Umuarama, no Paraná, na qual era Juiz, com o apoio de empresários locais. “Eu mesmo ia até as escolas de uma forma ainda bastante precária, mas desde o começo foi possível ver os frutos que o programa poderia trazer ao Brasil inteiro”, afirmou o Magistrado, que acrescentou ainda: “Estou muito feliz e realizado. O balanço ao longo dos anos me emociona muito. Este é um processo de despertar a cidadania. As crianças vivenciam o programa, elas participam efetivamente do programa”.

Em 1992, o Desembargador Francisco de Paula Xavier Neto trouxe a inspiração de uma cartilha alemã que continha conceitos de Justiça e constituiu uma comissão que produziu, na AMB, uma versão brasileira do material, com linguagem simples e lúdica para crianças.

No ano seguinte, o Desembargador Roberto Portugal Bacellar (TJ-PR) apresentou a ideia ao publicitário paranaense Sérgio Mercer, que disse: “Uma cartilha não é o suficiente”. Com a ajuda do profissional, o Magistrado então decidiu aplicar um programa, desenvolvido em etapas, para firmar, nos estudantes, o verdadeiro sentido da cidadania. A partir daí nasceu o Programa “Cidadania e Justiça Também Se Aprendem na Escola”.

O que começou pequeno, cresceu. A Cartilha da Justiça – criada por uma comissão de Magistrados da AMB com base em informações de uma pesquisa realizada com educadores de todo o país – teve mais de 4 milhões de exemplares impressos e distribuídos e, ao longo dos últimos 30 anos, o programa já impactou mais de 6 milhões de crianças brasileiras.

“Hoje, o nosso principal parceiro é a Câmara dos Deputados. A partir deste ano, começamos a trabalhar juntos os programas ‘Cidadania e Justiça se Aprendem na Escola’ e o ‘Plenarinho’. A ideia é ensinar às crianças os conceitos sobre o funcionamento das instituições, para que possam incentivar a vida das pessoas que estão à sua volta”, disse o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

“Este programa é um orgulho para a entidade. Levando esse conhecimento ao público infantil, a nossa Associação cumpre sua missão de fortalecimento do Poder Judiciário e de promoção dos valores do Estado Democrático de Direito”, destacou.



IMAGEM: ASCOM/AMB



IMAGEM: ASCOM/AMB

A Coordenadora Executiva do Programa da AMB, Nartir Dantas Weber, enfatizou o processo criativo na difusão da história do Direito.

“Para minha honra e orgulho, em 2016, estive à frente da revista e foi nesse período que, para aproximar ainda mais o conceito de Justiça do imaginário infantil, personificamos a deusa Têmis, deusa da Justiça, em uma menina, permitindo que ela participasse das histórias e interagisse com os demais personagens”, disse a Magistrada, que acrescentou ainda: “Acompanho o projeto há muito tempo e hoje, como Vice-Coordenadora Nacional do Programa ‘Cidadania e Justiça Também se Aprendem na Escola’, fico maravilhada ao ver seus efeitos para com a população e, principalmente, com as crianças”.

Para o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Luiz Fernando Tomazi Keppen, “o Judiciário ocupa uma nobre missão de estimular a prática da cidadania, que é um valor supremo da República Federativa do Brasil, instituída na Constituição de 1988, pela qual expressa o coletivo de direitos e deveres que dão à pessoa a condição de participar de forma consciente da vida em sociedade. O programa mostra a sua efetividade ao longo das décadas”, disse.



IMAGEM: ASCOM/AMB



Segundo o Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná e Secretário da AMB, Marcel Ferreira dos Santos, “essa iniciativa contribui com a formação de cidadãos, com o fortalecimento das regras básicas do Direito e dos princípios constitucionais que regem as relações entre as pessoas”, avaliou.

O ex-jogador de vôlei Gilberto Amauri Godoy Filho, conhecido como Giba, contou sobre a sua trajetória como atleta e a importância do programa como política efetiva de promoção da cidadania. O atleta é o novo parceiro do “Cidadania e Justiça se Aprendem na Escola” e tem atuado para divulgar a iniciativa. “Levá-lo para os centros educacionais é muito importante. Assim como o esporte, a Justiça precisa ser ensinada desde cedo. Vamos fazer uma analogia? Faça uma base boa que terá um time bom no futuro; crie crianças educadas que você terá pessoas boas no amanhã”, finalizou.

O cartunista da cartilha, Marcos Vaz, comenta o processo de criação do projeto. “Eu comecei a fazer esse trabalho à mão. À época não tínhamos computador para fazer os desenhos. O começo foi bem artesanal. O nosso foco principal é na simplicidade. Hoje, atualizar essa cartilha é uma satisfação muito grande”. ↴

LEIA O QR CODE

Assista ao vídeo e
confira o evento





AGENDA ESPORTIVA DA AMB CONTEMPLA DIVERSAS COMPETIÇÕES PROGRAMADAS PARA 2024

As principais modalidades são beach tennis, tênis de quadra e futebol. A entidade mantém incentivo à participação nos encontros para fortalecer a Magistratura

Além dos Jogos da Magistratura, que reúnem centenas de Juízes de todo o Brasil, a Associação organiza uma agenda repleta de eventos para atletas experientes ou novatos. O objetivo é unir a Magistratura e promover a saúde. Um dos grandes eventos deste ano foi o Beach Tennis no Rio de Janeiro. Tênis de quadra e futebol também serão as grandes atrações de 2024.

“Os torneios promovidos pela AMB mantêm a Magistratura forte e unida. Percebemos isso durante os últimos Jogos Nacionais e vamos continuar a promover o esporte nos próximos anos”, disse o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

O Diretor de Esportes da AMB, José Antônio Azambuja Flores, é um dos grandes incentivadores da prática desportiva entre os Magistrados.

“O esporte na AMB iniciou na década de 1980 do século passado, inicialmente com encontros de futebol na região Sul, estendendo-se por todas as regiões do país na década de noventa. Desde o início, buscamos a confraternização e encontro de Magistrados das diversas partes do país. Mas o objetivo principal, entendemos, é o investimento na saúde dos Magistrados”, afirmou.



Alessandra Spalding e Renata Carvalho (Apamagis)



Mônica Manfio e Pedro Liao (Apamagis)



Foto: AMAERJ

BEACH TENNIS

O 1º Torneio Nacional de Beach Tennis da AMB, realizado em maio no Rio de Janeiro, na Praia de Ipanema, reuniu 130 Magistrados e familiares.

“A Amaerj sediou com muito orgulho o 1º Torneio Nacional de Beach Tennis da AMB, que contou com um altíssimo número de inscritos. Tivemos a honra de receber Magistrados de todas as regiões do país. O esporte associativo é muito importante para aproximar os colegas. Foi o que vimos durante a competição, uma Magistratura unida, vibrante e alegre, em um ambiente leve, descontraído e com uma paisagem maravilhosa do nosso Rio. Parabéns a todos que participaram e fizeram do evento um sucesso”, afirmou a Presidente da Amaerj, Juíza Eunice Haddad.

Diretor de Desportos da Amaerj, o Juiz Ricardo Starling agradeceu a presença dos colegas. “Ficamos muito felizes em sediar o primeiro Torneio Nacional de Beach Tennis da AMB. A presença de tantos colegas em um clima de amizade e boas energias fez o evento ser muito especial”, celebrou.

A facilidade no aprendizado inicial e o “clima de praia” atraem pessoas de todas as faixas de idade para a modalidade, como o Juiz José Herval Sampaio Júnior (TJ-RN), que participou do campeonato no Rio e dos Jogos Nacionais da Magistratura. “É uma modalidade que propicia uma grande interação entre os atletas. Eu, que já pratico esporte na AMB há quase 25 anos e joguei futebol por muito tempo, agora me apaixonei pelo Beach Tennis”, disse.

No Rio, Juízes de mais de dez associações subiram ao pódio.

Os campeões na categoria A/B, masculino foram Rodrigo Viana (Amepe) e Pedro Gueiros (Amase); no feminino, Alessandra Spalding e Renata Carvalho (Apamagis), e nas duplas mistas, Alessandra Spalding e Leandro Cano (Apamagis).

Na categoria C/D, Marcelo Moreira e Rafael Telles (Amma) foram os campeões nas duplas masculinas; Pamela Paganini (Amapar) e Carla Riegel (Ajuris), nas femininas; e Mônica Manfio e Pedro Liao (Apamagis) nos times mistos.



Diretoria da AMB participou da abertura do Torneio de Beach Tennis

DA PRAIA PARA O SAIBRO

A agenda esportiva da AMB também promove, entre os dias 29 de maio e 1º de junho, o campeonato de Tênis de Quadra em Recife, organizado em parceria com a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe). O Diretor de Esportes da Amepe, Guilherme Arzani, destaca a integração promovida pelos eventos da AMB.

“O Torneio Nacional de Tênis representa uma oportunidade de integração entre os colegas de diversos estados. A prática saudável do esporte no âmbito associativo, em um ambiente de descontração, fortalece os laços e contribui para a união dos Magistrados e Magistradas do país”, afirmou.

PAIXÃO NACIONAL

- O futebol foi a **primeira modalidade** a ter campeonatos promovidos pela AMB.
- Em novembro, a **30ª edição da categoria Sênior** será disputada em Belém (PA).
- Neste ano, **três torneios já ocorreram**, em Natal (RN) e Florianópolis (SC).

Em março, o tradicional Campeonato Nacional de Futebol dos Magistrados levou cerca de 210 Juízes de todo o Brasil para a capital do Rio Grande do Norte.

Disputaram a final o time da casa e o da Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro – Amaerj (foto). Os cariocas conquistaram o bicampeonato com um gol da camisa 10, o Juiz Flávio Batista. A Amarn ficou com o segundo lugar e, pelo regulamento da competição, o terceiro lugar ficou com a equipe de Pernambuco, Amepe, seguida da AMC/Amatra 12 em quarto lugar.

O Juiz Andreo Marques, Presidente da Associação de Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn), comemorou o sucesso do evento, a 30ª edição do campeonato.

“Nosso tradicional torneio de futebol society, categoria livre, contou com grandes confrontos, nos quais prevaleceram a disputa sadia, o respeito aos adversários e o espírito de congraçamento entre os participantes. Natal, mais uma vez, recebeu de braços abertos os colegas de todo o Brasil, que certamente guardarão boas memórias das experiências aqui vividas.”



Foto: Mariana Tinoco / AMARN



Foto: AMC

Em Florianópolis, a AMB e a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) realizaram a 19ª edição da categoria Master de Futebol.

O time catarinense celebrou a conquista do segundo título consecutivo do campeonato (foto acima).

A Associação Cearense de Magistrados (ACM) ficou com o vice-campeonato e a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe) em 3º lugar.

O torneio aconteceu em abril e contou com a participação de mais de 350 atletas de 13 diferentes equipes.



Foto: AMC

Além da realização do campeonato na categoria master, foi promovida a 17ª competição na categoria super sênior – com times formados por Magistrados com mais de 50 anos. A Associação de Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) conquistou o primeiro lugar na categoria (foto). A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) ficou em segundo lugar. Na terceira posição, a Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis).

A presidente da AMC, Juíza Janiara Maldaner Corbetta, destacou a promoção do evento na sede balneária da Associação. “Foi uma honra receber tantos atletas de diferentes estados aqui em Santa Catarina. Encerramos o evento ainda mais felizes, porque, além da ótima integração entre todos os participantes, pudemos celebrar mais um título, desta vez em casa.”

COMPOSIÇÃO GERAL DA DIRETORIA

PRESIDENTE

Frederico Mendes Júnior

VICE-PRESIDENTES

Andrea Cristina de Souza Haus Waldrigues
Angelo Antônio Alencar dos Santos
Cláudio Luís Martinewski
Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho
Eunice Bittencourt Haddad
Fernando Chemin Cury
Joriza Magalhães Pinheiro
Julianne Freire Marques
Marcelo Pizolati
Nilton Santos Oliveira
Patrícia Machado Carrijo
Rosimere das Graças do Couto

COORDENADORIA

COORDENADOR DA JUSTIÇA FEDERAL

Anderson Furlan Freire da Silva

COORDENADORA DA JUSTIÇA ESTADUAL

Vanessa Ribeiro Mateus

COORDENADOR DA JUSTIÇA MILITAR

Paulo Adib Casseb

COORDENADOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Sérgio Polastro Ribeiro

COORDENADORA DOS APOSENTADOS

Leila Torelly Fraga

SECRETARIA-GERAL

SECRETÁRIO-GERAL

Adriano Gustavo Veiga Seduvin

SECRETÁRIOS

Carlos Alberto Martins Filho
Geraldo Dutra de Andrade Neto
Jair Francisco dos Santos
Marcel Ferreira dos Santos

TESOURARIA

TESOUREIRA

Maria Isabel da Silva

TESOUREIRO-ADJUNTO

Marcio José Tokars

CONSELHO FISCAL

Alexandre Miguel
Gustavo Adolfo Plech Pereira
Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
Marianne Judice de Mattos
Thiago Brandão de Almeida

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DIRETOR-GERAL

Paulo Eduardo Huergo Farah

DIRETORES

Marcela Santana Lobo
Rogério Ribas

EXPEDIENTE

EDITORA-CHEFE

Carollina Andrade

EDITOR EXECUTIVO

Jonathas Nacaratte

REPÓRTERES

Henrique Bolgue
Luciana Otoni
Camilla Lucena - Estagiária

FOTOGRAFIA E VIDEOMAKER

Lucas Borges

DIAGRAMAÇÃO E DESIGNERS

Brenno Albuquerque
Kennedy Silva
Rodolfo Bayma

COLABORAÇÃO

Novo Selo

REVISÃO DE TEXTO

Pedro Galas

PERIODICIDADE

Trimestral

AMB+



-  amb.com.br
-  facebook.com/magistradosbrasileiros
-  x.com/magistradosbr
-  instagram.com/magistradosbr
-  youtube.com/AMBMagistrados
-  flickr.com/magistradosbrasileiros